



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CARLOS EDUARDO DE MIRA COSTA

EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA
RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO NO PAÍS

Brasília
2023

CARLOS EDUARDO DE MIRA COSTA

**EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DA RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Economia da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Junior.

Brasília

2023

CARLOS EDUARDO DE MIRA COSTA

**EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
DA RELAÇÃO ENTRE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Economia da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Junior

Departamento de Economia - UnB (Orientador)

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior

Departamento de Administração - UnB (Membro interno)

Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha

Coordenador e Professor - UNIALFA (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de inspiração e força, por guiar meus passos ao longo desta jornada acadêmica.

À minha amada família, aos meus pais e irmãos, expresso minha profunda gratidão pelo amor incondicional, apoio irrestrito e por serem alicerce fundamental em todos os momentos.

Ao meu grande amigo Paulo, que esteve ao meu lado em todas as fases deste percurso, meu sincero agradecimento. Sua presença foi um bálsamo nos momentos desafiadores.

À Joana, amiga e colega de estudos, agradeço pela parceria sólida e apoio constante. Sua contribuição foi fundamental e inestimável.

Aos professores do Mestrado, minha gratidão pela dedicação e pelo compartilhamento generoso de conhecimento. Em especial, ao Professor Roberto Ellery, agradeço pela orientação, pelo conhecimento compartilhado e pela inspiração constante.

À Ana, secretária do Mestrado, agradeço por sua prontidão em ajudar e auxiliar em todas as etapas desta jornada acadêmica.

A todos os colegas do Mestrado, cuja troca de experiências e colaboração enriqueceram minha jornada, meu sincero agradecimento.

Agradeço à Agência Espacial Brasileira em parceria com a Universidade de Brasília pelo apoio financeiro que viabilizou este projeto de pesquisa.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu muito obrigado.

RESUMO

Em meio a um cenário de vastos recursos naturais e potencial humano, o Brasil se depara com desafios intrínsecos em sua senda de desenvolvimento econômico. Dentre os fatores determinantes para um crescimento robusto, a educação emerge como um pilar incontestável. Este tema, que transpassa as fronteiras nacionais, reflete um consenso global sobre a importância de uma mão de obra qualificada como propulsora da economia. A análise da intersecção entre educação e crescimento econômico brasileiro é imperativa, especialmente quando se considera as disparidades educacionais e o potencial latente do país. Para desbravar essa conexão, foi realizada uma metódica revisão bibliográfica, compreendendo publicações dos últimos dez anos extraídas de bases de dados acadêmicas, tendo como norte palavras-chave como "educação", "crescimento econômico" e "desenvolvimento econômico". A literatura denota uma relação inextricável entre investimento educacional e progresso econômico, com nações que priorizam a educação demonstrando índices econômicos superiores. No cenário brasileiro, a despeito do reconhecimento do papel preponderante da educação, emergem desafios, como disparidades regionais e incoerências em padrões educacionais. Tais obstáculos atenuam a capacidade do Brasil em capitalizar seus investimentos educacionais. A literatura reforça a urgência de reformas no sistema educacional, focando não apenas no acesso, mas primordialmente na qualidade. Os investimentos, apesar de vultosos, frequentemente não se traduzem em avanços proporcionais, evidenciando ineficiências e desalinhamentos. O progresso econômico brasileiro está irrevogavelmente atrelado à excelência educacional. Para desvelar o genuíno potencial econômico do Brasil, são essenciais investimentos cirúrgicos, planejamentos de longo alcance e uma visão holística da educação. A literatura converge para a ideia de que uma população adequadamente educada não apenas impulsiona a economia, mas fomenta uma sociedade mais equânime. Portanto, a educação se consolida não meramente como um dispêndio, mas como um investimento primordial para o futuro do Brasil.

Palavras-chaves: Educação; Crescimento econômico; Investimento; Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

Against a backdrop of vast natural resources and human potential, Brazil faces intrinsic challenges on its path to economic development. Among the determining factors for robust growth, education emerges as an undeniable pillar. This issue, which transcends national borders, reflects a global consensus on the importance of a skilled workforce as a driver of the economy. Analyzing the intersection between education and Brazil's economic growth is imperative, especially when considering the country's educational disparities and latent potential. To explore this connection, a meticulous literature review was carried out, including publications from the last ten years extracted from academic databases, using keywords such as "education", "economic growth" and "economic development". The literature shows an inextricable link between educational investment and economic progress, with nations that prioritize education showing higher economic indices. In the Brazilian scenario, despite the recognition of the preponderant role of education, challenges emerge, such as regional disparities and inconsistencies in educational standards. These obstacles mitigate Brazil's ability to capitalize on its educational investments. The literature reinforces the urgency of reforms in the education system, focusing not only on access, but primarily on quality. Investments, although large, often do not translate into proportional progress, highlighting inefficiencies and misalignments. Brazil's economic progress is irrevocably linked to educational excellence. To unlock Brazil's genuine economic potential, surgical investments, long-range planning and a holistic view of education are essential. The literature converges on the idea that an adequately educated population not only catalyzes the economy, but fosters a more equitable society. Thus, education is consolidated not merely as an expense, but as an essential investment for Brazil's future.

Keywords: Education; Economic growth; Investment; Economic development.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Comportamentos indicadores de consumo consciente	41
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE O CRESCIMENTO ECONOMICO	12
2.1 A ECONOMIA E SEU DESENVOLVIMENTO	13
2.2 O DIRECIONAMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL	14
3 OS TRABALHOS DOS ECONOMISTAS CLÁSSICOS SOBRE O CAPITAL HUMANO	17
3.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO.....	18
3.2 VÍNCULO ENTRE O CAPITAL HUMANO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	21
3.3 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PROL DO CRESCIMENTO.....	24
3.4 O MODELO DE CRESCIMENTO DE SOLOW	25
3.4.1 O MODELO DE ROMER.....	26
3.4.2 O MODELO DE LUCAS.....	28
3.5 DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	29
4 AS DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	31
4.1 O PAPEL VITAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DOS INDIVÍDUOS	35
4.3 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PROGRESSO ECONÔMICO	44
5 FINANCIAMENTO EDUCACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE ENSINO.....	46
5.1 O IMPACTO DO FINANCIAMENTO EDUCACIONAL NA VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

A educação é frequentemente identificada como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Em um mundo globalizado, onde a economia e a inovação caminham a passos acelerados, a formação educacional de qualidade torna-se um diferencial competitivo para os países. No contexto brasileiro, a relação entre a educação e o crescimento econômico tem sido alvo de intensos debates, principalmente quando consideramos os desafios socioeconômicos e educacionais que o país enfrenta.

Historicamente, o Brasil lida com disparidades educacionais marcantes, refletidas na qualidade, acesso e permanência de estudantes nas escolas. Paralelamente, o país apresenta uma economia emergente, com potencial de se destacar em âmbito global, tornando imperativa a análise da interação entre investimentos em educação e os impactos no crescimento econômico.

A presente pesquisa surge da necessidade de compreender, de maneira mais profunda, o quão sinérgica é a relação entre a educação e o desenvolvimento econômico no Brasil. A motivação central é responder à pergunta: "De que maneira o investimento em educação influencia o desenvolvimento econômico do Brasil?"

O objetivo geral desta investigação é analisar a relação entre a educação e o crescimento econômico no Brasil, verificando os reflexos dos investimentos educacionais no desenvolvimento econômico nacional. Para atingir esse propósito, a pesquisa se propõe a:

- Analisar teorias sobre a interconexão entre educação e crescimento econômico;
- Avaliar o histórico de investimentos em educação no Brasil e seus desdobramentos;
- Investigar o impacto direto do investimento em educação no crescimento econômico brasileiro;
- Identificar os principais desafios da educação nacional frente ao desenvolvimento econômico.

No que tange à metodologia, optou-se por um método de revisão bibliográfica, abrangendo literaturas publicadas nos últimos dez anos em

diversas bases de dados acadêmicas. Esta abordagem permitirá um entendimento teórico e empírico sobre o tema, abarcando as diversas nuances da relação em questão.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de elucidar a importância da educação como vetor de crescimento econômico. A expectativa é que, ao final deste estudo, possamos compreender não apenas a correlação entre educação e economia, mas também as implicações práticas desses investimentos para o futuro econômico do Brasil. Ao lançar luz sobre essa temática, espera-se contribuir para políticas públicas mais eficazes e para um debate mais informado sobre as prioridades nacionais em termos de investimento educacional e desenvolvimento econômico.

Fica evidente que a educação é mais do que um mero indicador de desenvolvimento; ela é uma das principais alavancas que impulsionam o crescimento sustentável. A habilidade de um país em cultivar, nutrir e, sobretudo, investir em seu capital humano, reflete diretamente em sua capacidade de inovação, produção e competitividade no cenário mundial.

Ao debruçarmo-nos sobre o contexto brasileiro, percebemos que o país, dotado de um vasto potencial econômico e uma rica diversidade cultural, ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de otimização de seus investimentos em educação. Sem uma abordagem estratégica e sustentável para a educação, corre-se o risco de perpetuar ciclos de disparidades socioeconômicas e perder oportunidades valiosas de crescimento.

A conclusão que se desenha, portanto, é que o investimento em educação não deve ser visto apenas como um gasto, mas como um investimento estratégico de longo prazo. A qualidade da educação oferecida hoje irá determinar a força da economia brasileira nas próximas décadas. Ignorar essa correlação é negligenciar o futuro econômico e social do país.

Nesse sentido, este estudo não apenas reforça a intrínseca relação entre educação e crescimento econômico, mas também salienta a urgência de uma reavaliação das políticas educacionais e econômicas no Brasil. A esperança é que, ao evidenciar a magnitude deste vínculo, possamos inspirar uma nova onda de comprometimento e ação focada na educação, reconhecendo-a como o pilar central para um Brasil mais próspero, justo e inovador. Afinal, a verdadeira riqueza de uma nação reside no potencial e

capacidade de seus cidadãos, e é nosso dever coletivo garantir que esse potencial seja plenamente realizado.

2 UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Numerosos economistas "travaram uma batalha" para compreender melhor as causas e os efeitos do crescimento econômico, e acabaram por ser bem-sucedidos. Conforme a escola neoclássica de teoria econômica, a correlação entre o crescimento do PIB e o crescimento da população determina o desenvolvimento econômico de um país. Nos anos 50, o keynesianismo encarava a expansão econômica como um processo dinâmico. Ao contrário do que acontecia no século XX, a capacidade de criar dinheiro é agora sinônimo de crescimento econômico. O desenvolvimento econômico não é apenas um aumento do PIB per capita; implica também uma série de processos dinâmicos, ou atividades produtivas relacionadas com mudanças técnicas e econômicas.

A distribuição equitativa de fundos só é possível através de uma combinação de avanços tecnológicos e despesas com a educação. É concebível que uma nação experimente uma expansão econômica sem desenvolvimento econômico. Em contrapartida, o desenvolvimento depende da expansão e é necessário a ela.

Rodrigues (1978) chegou às seguintes conclusões sobre a expansão econômica após examinar a situação brasileira:

Para que a retomada do crescimento econômico não seja apenas de curto prazo, fruto de boas condições, é imprescindível o reconhecimento de quais são os componentes que mais influenciam o produto potencial ou o crescimento econômico de longo prazo. Os determinantes mais citados, baseados em evidências empírica e teórica, são: capital físico, capital humano; grau de abertura econômica; progresso tecnológico; e fatores políticos (RODRIGUES, 1978, p. 16).

As políticas sociais que visam aliviar a pobreza dependem do crescimento econômico porque, sem ele, os países não são capazes de as assegurar. Assim, o combate à pobreza e à desigualdade de rendimentos leva os países, sobretudo os de economias emergentes, a investir no crescimento econômico, que gera desenvolvimento. Para elucidar a relação entre expansão econômica e desenvolvimento, foi analisado a seguir várias facetas do desenvolvimento.

2.1 A ECONOMIA E SEU DESENVOLVIMENTO

A distinção entre desenvolvimento econômico e progresso econômico é objeto de investigação. Para estabelecer um entendimento distinto, é essencial distinguir entre estes dois termos. Para atingir esse objetivo, recorreremos a trabalhos acadêmicos de autores como Khair (2009). A conclusão do autor é que o conceito de desenvolvimento no Brasil difere da simples expansão econômica. O autor enfatiza a importância de se considerar não apenas o patrimônio natural e cultural das gerações atuais e futuras, mas também os fatores sociais, políticos e ambientais, bem como a interação entre os diversos elementos, com destaque para o avanço do aspecto humano. De acordo com Castelar (2009), um proeminente estudioso da área, uma perspectiva global sobre o assunto revela que o desenvolvimento econômico ocorre da maneira descrita a seguir.

Não há uma definição oficial ou única, mas em geral ele se caracteriza por uma conjunção de crescimento rápido e autossustentado, transformação da estrutura econômica, avanço tecnológico, progresso institucional e melhoria dos indicadores sociais. Mais recentemente, se incorporou a essa definição a exigência de sustentabilidade ambiental (CASTELAR, 2009, p. 10).

É urgente que os governos assegurem a equidade social a par do desenvolvimento econômico, com o objetivo global de aumentar a esperança de vida e, simultaneamente, reduzir os níveis de pobreza. Nessa perspectiva, o avanço é preferido devido às suas qualidades inerentes, enquanto o desenvolvimento não é favorecido. De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2009), o processo de maturação pode ser dividido em seis fases distintas.

Crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que

se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, há referência ao fato de que a maioria da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis (GREMAUD; VASCONCELOS, TONETO JR, 2009, p. 58).

A infraestrutura técnica, o nível de educação e o capital humano e social de uma nação são os fatores mais importantes para o crescimento econômico e o desenvolvimento.

2.2 O DIRECIONAMENTO DA EDUCAÇÃO FORMAL

É importante começar por distinguir entre educação formal, o tema principal desta subseção, e educação não formal, que será aprofundada em discussões posteriores. Segundo Alberto Gaspar, pode ser feita uma distinção entre educação formal e não formal, que pode ser definida sucintamente da seguinte forma: A educação formal inclui instituições e sistemas educativos oficialmente reconhecidos e acreditados, incluindo cursos estruturados, níveis de realização, graus, programas, currículos e certificações. A técnica acima referida tem uma longa tradição que remonta ao avanço do conhecimento humano e à recolha de informações (GASPAR, 1990).

A educação informal carece de um local pré-determinado, de um horário ou de um currículo estruturado. Num ambiente social, a transmissão de conhecimentos exige a presença de um indivíduo com conhecimentos e de um destinatário ou utilizador que procura essa informação. Neste contexto, os indivíduos estão constantemente empenhados no processo de aquisição de conhecimentos e de os transmitir a outros, por vezes sem terem consciência deste intercâmbio educativo.

A educação é amplamente reconhecida como um determinante fundamental da realização e prosperidade de um indivíduo em todos os segmentos da sociedade "civilizada". Desde as nossas primeiras recordações, não é raro encontrarmos a afirmação "esforça-te por te dedicares a atividades académicas, jovem, de modo a alcançares sucesso e significado na tua existência" proferida pelas nossas figuras parentais e antepassados. A educação tem um papel fundamental na facilitação do acesso a várias

oportunidades e na dotação dos indivíduos com os conhecimentos e as competências necessárias para fazerem escolhas bem informadas.

Conforme Freire (1981), a educação serve como um meio para os indivíduos se envolverem na introspecção e refletirem sobre a sua posição no contexto global. Segundo a perspectiva do autor, o ser humano é mostrado como uma criatura inacabada, sempre impulsionada pela necessidade de maior realização. Essa compreensão é alcançada através do processo de introspecção.

O senador Cristovam Buarque defende que a educação desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país. Conforme a declaração feita pelo Cristovam Buarque, na futura economia baseada no conhecimento, a pessoa que inventa a máquina tornar-se-á o capital, substituindo a própria máquina (SENADO, 2012). O capital humano se manifesta na forma de licenças e certificados.

Em seu estudo, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2009) reconhecem a importância do crescimento econômico em relação às dimensões estruturais do desenvolvimento. Para atingir este objetivo, é reconhecida a importância de vários componentes, como os programas educativos destinados a melhorar os níveis de qualificação da mão de obra. Neste contexto, é reiterada a importância da educação para a economia.

A importância da educação, tanto para a economia como para os indivíduos, decorre da sua capacidade de promover a autoconsciência sobre os padrões de consumo financeiro pessoal. O tema em apreço prende-se com a importância de salvaguardar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, procurar explorar novos territórios. Os indivíduos que investiram mais na sua formação acadêmica têm uma maior preocupação com o bem-estar dos seus filhos e das gerações futuras. O impacto da educação no nível de racionalidade de um indivíduo não deve ser subestimado. Por exemplo, os indivíduos com níveis de educação mais elevados são mais propensos a dar prioridade ao bem-estar coletivo, utilizando o seu direito de voto num quadro democrático. A diminuição da taxa de natalidade é atribuída, em certa medida, aos avanços na educação.

Conforme os resultados da investigação, uma maior proporção de crianças nasce em culturas caracterizadas por níveis mais baixos de educação e de recursos socioeconômicos. Consequentemente, as perspectivas

educativas destas crianças ficam comprometidas devido a vários fatores, nomeadamente a transmissão intergeracional de um nível de escolaridade limitado por parte dos pais, que não têm a capacidade necessária para transmitir eficazmente a informação aos seus descendentes.

A relação entre educação, inovação e crescimento econômico é uma área de interesse crescente. Autores como Ricardo Xavier e Maria Santos têm explorado como a educação de qualidade pode impulsionar a inovação e a competitividade no mercado global (XAVIER, 2019; SANTOS, 2021).

A educação desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento econômico e na modernização de várias nações, incluindo a China, a Coreia do Sul e o Japão. Nações cujo desenvolvimento econômico se baseou na oferta de oportunidades educativas. As circunstâncias serão posteriormente analisadas.

3 OS TRABALHOS DOS ECONOMISTAS CLÁSSICOS SOBRE O CAPITAL HUMANO

A qualificação ou o desenvolvimento de capacidades relacionadas com o trabalho (o que mais tarde seria designado por "capital humano") era evidente nos escritos dos arquitetos da ciência econômica como um fator significativo para explicar a riqueza dos países, apesar de não desempenhar um papel proeminente na explicação. Segundo Adam Smith, o aumento da produtividade resulta da divisão do trabalho, que permite aos trabalhadores tornarem-se mais competentes nas suas respectivas tarefas.

Sobre o tema, Possas (1997 *apud* CARNEVALE, 2016, p. 21) destaca:

Adam Smith, um dos mais importantes autores da escola clássica afirmava que a ampliação da riqueza de um país, depende fundamentalmente de se favorecer, o que ele denominou como a divisão do trabalho, e, através desta, do aumento na produtividade. Seria então a produtividade e sua ampliação, a forma mais importante de se acrescentar riqueza.

E agrega:

Essa produtividade se baseia em alguma medida na divisão do trabalho entre os membros de uma sociedade, o que remete à sociabilidade à interação social entre os indivíduos. Assim, a divisão do trabalho significa maior especialização, menor custos de mudar de uma atividade a outra, além de favorecer a introdução de maquinaria. Essas características acarretam aumento da produtividade (POSSAS, 1997 *apud* CARNEVALE, 2016, p. 19-20).

De acordo com Macedo (2013), o autor enfatiza as crenças de Adam Smith sobre os fatores subjacentes que impulsionam o progresso econômico. A manutenção de indivíduos que adquiriram essas qualidades através da sua formação, estudo ou aprendizagem é muitas vezes acompanhada de um custo tangível. Este custo pode ser visto como uma espécie de capital fixo inerente à pessoa.

Estas qualidades não só proporcionam vantagens à pessoa, como também constituem uma componente fundamental da comunidade a que ela está ligada. A destreza de um trabalhador pode ser comparada a uma máquina ou instrumento que economiza trabalho, que otimiza processos e minimiza o

tempo necessário para as atividades, mas a um custo (Smith, 1776, p. 289 citado em Macedo, 2013).

De acordo com Soares (2016), Marshall introduziu uma diferenciação conceitual entre produtos materiais e bens imateriais. Nesta última categoria incluem-se os traços e habilidades aprendidas dos trabalhadores, que necessitam de investimento em formação para proporcionar benefícios produtivos tanto para o capital como para as pessoas.

De acordo com Reisman (1986, p. 174 apud MACEDO, 2013), Marshall afirma que o intelecto das pessoas é um insumo altamente útil na função de produção e um componente crucial para promover o progresso econômico.

3.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Os teóricos do capital humano que operam num quadro teórico neoclássico sublinham a importância de analisar a componente trabalho para compreender os ganhos de produtividade.

Conforme a teoria do capital humano, os indivíduos tomam a decisão de prosseguir estudos superiores com base nas suas expectativas de benefícios financeiros. Com base neste conceito, defende-se que a remuneração dos trabalhadores deve ser proporcional à contribuição para a produção. Por exemplo, se um trabalhador investe mais tempo na aquisição de educação e talentos, deve receber um salário mais elevado (ZIMMER, 2011).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, os economistas neoclássicos da Escola de Chicago, Jacob Mincer (1958), Theodore Schultz (1963) e Gary Becker (1964), desenvolveram o conceito de capital humano (SOARES, 2018).

Conforme Loschpe (2004), Schultz aborda a relação entre educação e rendimento, a partir da ideia de que o investimento em educação é realizado conscientemente pelo indivíduo, a fim de aumentar sua produtividade e conseqüentemente seu salário futuro. Portanto, o autor sugere que o nível desses rendimentos é determinado em boa parte pelo nível educacional do trabalhador. As contribuições de Becker, segundo Loureiro e Carneiro (2001), estão relacionadas ao treinamento no trabalho e as possíveis discriminações que possam existir no mercado de trabalho. O autor sugere que o investimento em educação e o treinamento no trabalho

aumentam os rendimentos mesmo quando se considera possíveis fatores discriminatórios que possam reduzir o salário, como por exemplo, raça e gênero. Os estudos de Mincer, segundo Loschpe (2004), foram o marco inicial para uma série de estudos de como quantificar o impacto do incremento de mais anos de estudo nos salários dos indivíduos (SALVATO E SILVA, 2008, p. 1).

Schultz defende que a educação pode ser classificada como uma forma de capital humano. (KELNIAR, LOPES, & PONTILI, 2013) Defende que as empresas e os trabalhadores devem ponderar os benefícios de investir na educação e na formação dos trabalhadores antes de decidirem se devem ou não efetuar tais investimentos.

De acordo com Schultz (1973), o capital humano pode ser visto como uma componente dos indivíduos, semelhante ao capital, porque os indivíduos investem no seu próprio bem-estar futuro e na prosperidade econômica, adquirindo e aplicando novos conhecimentos. O capital humano é intrinsecamente intransmissível através da compra, venda ou furto, o que o torna distinto. De acordo com Schultz (1973, citado em Magalhes & Assis, 2020), o conceito de pessoa é visto como a acumulação do seu capital humano.

Cardoso (2013) elucida a relação entre o aumento da produtividade, o aumento dos salários e o aumento dos rendimentos através da lente da teoria do capital humano. Com base nesta hipótese, pode-se antecipar que os residentes de uma comunidade com um nível médio de educação mais elevado têm melhores perspectivas econômicas devido ao aumento da sua produtividade.

Batistela (2013) menciona que há uma nítida analogia entre a produtividade física do capital e a educação, justificando-se o tratamento dado à educação como capital, isto é, como capital humano, posto que se torna parte da pessoa que a recebe. A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes no rendimento nacional são uma consequência de investimento nesta forma de capital. Além disso, a educação, enquanto investimento, obedece a uma opção racional entre custos atuais e rendimentos futuros, no contexto mais amplo da maximização dos retornos individuais ou sociais.

O capital humano, conforme estipulado por Rosa e Almeida (2011), é um

resultado. O termo "produzido" refere-se ao resultado que resulta dos esforços deliberados dos indivíduos para melhorar os seus próprios conhecimentos e capacidades. Além disso, o conjunto distinto de experiências e pontos de vista de um indivíduo pode potencialmente influenciar o seu nível de produtividade e, conseqüentemente, os seus ganhos financeiros.

De acordo com Batistela (2013), o conceito de educação deve ser visto como um tipo de capital, nomeadamente o capital humano, uma vez que se torna uma componente essencial da pessoa que o frequenta, à semelhança dos resultados físicos do capital tradicional. O princípio fundamental por detrás desta estratégia educativa é que a afetação de recursos para a mesma proporcionará aumentos significativos no Produto Interno Bruto (PIB) nacional global. A educação é um tipo de investimento que exige uma avaliação cuidadosa das despesas e das perspectivas de retorno, à semelhança de outros investimentos. Conseqüentemente, é prudente considerar a afetação ótica dos recursos financeiros, ponderando as vantagens e desvantagens de investir mais imediatamente ou de adiar esses investimentos para um período posterior.

De acordo com a definição de Rosa e Almeida (2011), o capital humano pode ser conceptualizado como um resultado. O termo "produzido" refere-se ao resultado que decorre das escolhas deliberadas feitas pelas pessoas para melhorar o seu nível de escolaridade e desenvolver as suas competências. Além disso, o conjunto distinto de experiências e pontos de vista de um indivíduo pode ter um impacto potencial no seu grau de produtividade e, por conseguinte, nos seus rendimentos.

Com base no trabalho de Becker (1993, como referido em VIANA e LIMA, 2010), o conceito de capital humano refere-se à aquisição e ao desenvolvimento de competências e informações que os indivíduos possuem e podem utilizar para obter ganhos económicos e prosperidade na esfera profissional. Assim, o seu foco principal é a consideração pelas pessoas dos custos e vantagens associados à educação antes de tomarem uma decisão de investimento. A economia é influenciada pelo capital humano de várias formas, tais como o aumento da produção e da rentabilidade, a melhoria dos conhecimentos e das competências, a resolução eficaz de problemas, o crescimento regional e as contribuições individuais e colectivas para a

sociedade.

Por conseguinte, a educação surge como um fator determinante na promoção do desenvolvimento econômico, conduzindo a níveis mais elevados de eficiência e remuneração do trabalho, bem como a uma redução da desigualdade de rendimentos. A presença de uma sociedade bem educada está correlacionada com níveis reduzidos de criminalidade e pobreza, desempenhando assim um papel crucial na melhoria da qualidade de vida global da população em geral.

De acordo com Becker (1993, citado em VIANA; LIMA, 2010), o capital humano refere-se aos investimentos efetuados pelos indivíduos para aumentar a sua produtividade futura. Estes investimentos incluem a afetação de tempo, recursos financeiros e esforço pessoal na procura de educação, formação e outros meios de aquisição de conhecimentos. O autor argumenta que, devido à interligação inerente entre o conhecimento, a aptidão, a saúde e outros atributos definidores de uma pessoa, é impraticável separá-los. Por conseguinte, o autor afirma que este tipo de capital deve ser atribuído à natureza humana. A educação, a migração e a saúde são constituintes fundamentais do capital humano.

Schultz (1973) delinea no seu discurso muitos fatores determinantes que levam à expansão do capital humano. Um determinante é a duração do nível de escolaridade de um indivíduo, enquanto outro é a quantidade de tempo dedicada por um trabalhador à aprendizagem formal e informal ao longo do seu emprego. De acordo com Batistela (2013), o autor refere ainda que as redes sociais informais, como as que se estabelecem por meio de laços familiares e de amizade, contribuem para o desenvolvimento do capital humano de um trabalhador.

3.2 VÍNCULO ENTRE O CAPITAL HUMANO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico das nações apresenta uma inextricável conexão com o nível educacional, uma vez que este último exerce uma influência notável sobre a produtividade e o vetor laboral, conforme elucidado pela teoria do capital humano (PEREIRA; LOPES, 2014). Em um estudo

profundo sobre o tema, Barros e Mendonça (1997) postulam que um dos maiores desafios ao analisar os reflexos de aportes no setor educacional reside na complexidade de discernir não somente os impactos diretos naqueles que recebem a educação (benefícios intrínsecos da instrução), mas também as repercussões indiretas, ou externalidades, que influenciam o bem-estar do entorno social. Sob uma ótica individualista, a educação parece propulsora de salários mais elevados, oriundos de incrementos na produtividade, potencializa a expectativa de vida mediante a otimização da utilização dos recursos domésticos e promove a redução do número de descendentes, o que conseqüentemente eleva a qualidade de vida destes e diminui prospectivamente os índices de indigência.

Becker (1993 apud MACHADO, 2017, p. 21) já pontuava, com perspicácia, que "a instrução desempenha um papel crucial na orientação econômica, transcendendo meramente o crescimento econômico, influenciando, adicionalmente, o vetor produtivo que reformula, de maneira assombrosa, o panorama societal". Em adição, Becker (1993) argumentou que nações que presenciaram ascensões contínuas em sua renda foram impulsionadas pela evolução contínua do saber científico e tecnológico, e a propagação dessas erudições catalisou incrementos sustentáveis na renda através dos anos (BECKER, 1993 apud MACHADO, 2017).

O investimento em capital humano transforma a economia, reduz as perdas, a educação e o treinamento nas empresas modificam o cenário econômico, a sociedade e a economia se beneficiam com os ganhos em inovações e produtividade, a procura e oferta do produto impulsionam o crescimento e desenvolvimento econômico (LANGONI, 1975, apud MACHADO, 201).

No âmbito das complexidades associadas à promoção do crescimento econômico, Porter (1947 apud KELNIAR; LOPES; PONTILI, 2013) assevera que incumbe ao Estado a tarefa primordial de orquestrar as condições propícias ao desenvolvimento, primando pela elevação dos padrões educacionais e aprimoramento infraestrutural. Em resposta a tais esforços estatais, as corporações e instituições acadêmicas emergem como entidades catalisadoras. Segundo a perspectiva de Porter (1947), as organizações

empresariais, ao delinear suas estratégias, devem conceber o investimento em capital humano como uma vantagem competitiva perene. Desdenhando a prática de rotatividade laboral, Porter advoga pela requalificação e realocação dos colaboradores, incentivando a inovação e expansão de competências. Em continuidade, ele pontua que a aceleração do crescimento econômico demanda um enfoque na obtenção de vantagens competitivas em capital humano, entendendo-se por tal conhecimento e habilidades em constante evolução. Adicionalmente, postula a imperatividade de fornecer aos discentes formação prática, permitindo-lhes uma participação robusta na economia. Para Porter (1947), a ciência e tecnologia são pilares indispensáveis ao desenvolvimento econômico.

Por sua vez, Schultz (1971 apud CAMILO, 2015) argumenta que a contemplação do crescimento econômico, dadas as multifacetadas categorias de capital e avanço técnico, requer uma metodologia calcada no investimento. Nesta visão, o acervo de capital, independentemente de sua natureza (seja ela estrutural, tecnológica ou de equipamentos), é incrementado mediante investimento, e os serviços produtivos advindos deste capital suplementar propiciam o aumento da renda, o cerne do crescimento econômico. Camilo (2015) interpreta tal perspectiva como um avanço rumo a uma teoria abrangente dos recursos voltados ao investimento, ponderando sobre as taxas de retorno relativas e os custos de oportunidade. Nesta abordagem renovada, a teoria econômica estaria ancorada em um conceito expansivo de investimento, onde cada aporte adicional seria meticulosamente considerado para elucidar variações marginais no acervo de capital, e estas, por sua vez, esclareceriam flutuações marginais na renda.

Schultz (1971 apud CAMILO, 2015) elucida sua posição por meio de dois exemplos ilustrativos. O primeiro remete aos países pós-Segunda Guerra Mundial que, apesar da devastação de seu capital físico, ostentavam um capital humano substancial, facilitando uma recuperação célere. O segundo exemplo enfoca nações de renda mediana e baixa, receptoras de investimentos estrangeiros direcionados à aquisição de capital físico, porém sem correspondente elevação do capital humano, resultando em estagnação produtiva e econômica dada a insuficiência educacional da população para operar os mecanismos produtivos. Em ambos os cenários, evidencia-se a

preponderância do capital humano no progresso nacional.

Em síntese, a educação e a qualificação da força laboral emergem como elementos cruciais para a perpetuação do crescimento econômico de uma região ou nação. Neste prisma, Lins (2011) sublinha a incongruência de governos negligenciarem investimentos em educação ou de pais abdicarem da instrução de seus filhos. A educação é, indubitavelmente, uma ferramenta propulsora para o progresso, impactando tanto o tecido social quanto os indivíduos, culminando em melhoria da qualidade de vida. Uma nação em busca de avanço econômico não pode, sob quaisquer circunstâncias, desconsiderar a instrução e o capital humano de seu povo.

3.3 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PROL DO CRESCIMENTO

O desenvolvimento econômico é intrinsecamente vinculado à ampliação da potência produtiva de uma economia. Em uma análise meticulosa acerca das variáveis cruciais que influenciam o crescimento econômico de uma nação, é incontestável a preponderância do investimento em capital humano e instrução como catalisadores desse desenvolvimento (OLIVEIRA, 2017).

Neste contexto, serão elucidados o modelo econômico de crescimento proposto por Solow e as teorias de Lucas e Romer, que atribuem ao capital humano um papel cardinal no crescimento econômico. O modelo de Solow é categorizado como um paradigma exógeno de crescimento econômico, enquanto os modelos advogados por Lucas e Romer são catalogados como endógenos.

No que tange aos modelos exógenos, é esclarecido que estes concebem a renda per capita de longo prazo como resultado direto do avanço tecnológico exógeno (SALGUEIRO, 2012).

Relativamente aos modelos endógenos, as teorias de crescimento endógeno concentram-se na elucidação das origens do crescimento, com foco particular no avanço técnico e em sua originação. A motivação primordial desta abordagem contemporânea repousa no esforço de decifrar o crescimento de longo prazo (isto é, o avanço técnico) ancorado no comportamento dos atores econômicos, sem necessariamente evocar elementos alheios ao ecossistema

econômico (DIAS, 1998 apud SANTOS, 2008).

3.4 O MODELO DE CRESCIMENTO DE SOLOW

Dentro do espectro de modelos voltados ao crescimento econômico, destaca-se o modelo de Solow, cuja essência centra-se na elucidação dos elementos influenciadores da produtividade e evolução econômica (PAZ; RODRIGUES, 1972 apud MACEDO, 2013).

Consoante a erudição apresentada por Macedo (2013), anteriormente há década de 1950, estudos emblemáticos, como o de Solow (1956) - enraizados na economia clássica - circunscreviam-se unicamente aos fatores capital e trabalho para discernir as disparidades de crescimento internacionais.

O paradigma proposto por Solow (1956) emergiu como uma refutação ao modelo preconizado por Harrod (1939). Para Solow, o modelo de Harrod apresentava lacunas, particularmente no que tange à utilização de instrumentos de análise de curto prazo para sondar desafios de longo prazo. O modelo de Solow, inserido na tradição neoclássica, desempenhou um papel fulcral na interpretação dos mecanismos subjacentes ao crescimento econômico (COSTA, 2007).

Consoante a erudição de Macedo (2013), o modelo delineado por Solow (1956) postula que, no curto prazo, a acumulação de capital físico emerge como a força motriz do crescimento, com o investimento desempenhando papel proeminente neste panorama. Entretanto, uma análise superficial poderia erroneamente sugerir que um incremento na poupança poderia catalisar um crescimento econômico infinito. Contudo, é mister destacar que o impacto marginal do capital é decrescente e, portanto, um aumento na poupança não garante crescimentos sustentados. O crescimento econômico de longa duração é intrinsecamente atrelado à taxa de evolução do progresso tecnológico.

Nessa esteira, o modelo propugnado por Solow (1957) já preconizava que o crescimento econômico de uma nação requereria, além da acumulação de capital e da expansão da força laboral, a incursão no progresso tecnológico. Dito modelo enfatizava que o crescimento é resultante da aptidão do trabalhador em assimilar e aplicar eficientemente as tecnologias disponíveis (COSTA, 2016).

Solow (1956), em sua doutrina, destaca a primazia da acumulação de capital físico, elevando o progresso técnico ao patamar de propulsor do crescimento. Conforme elucidado por Macedo (2013), as economias gravitam em direção a uma taxa de crescimento estacionária, influenciada unicamente pela taxa de avanço tecnológico, expansão da força laboral e intensidade capitalística. É pertinente salientar que o modelo neoclássico de Solow é categorizado como exógeno, uma vez que não delimita os vetores que potencializam o avanço tecnológico (SILVA, 2020). Este paradigma se baseia em pressupostos como: produção de um único bem, poupança constante de uma parcela do produto, ausência de comércio exterior, retornos decrescentes para cada insumo produtivo em isolamento, elasticidade de substituição capital-trabalho positiva, equilíbrio de pleno emprego da mão de obra, e um contexto de concorrência perfeita (COSTA, 2007, p. 16).

A base teórica para o desenvolvimento dos modelos de crescimento endógeno é derivada da teoria do capital humano. De acordo com Pereira e Lopes (2014), as teorias em análise reconhecem tanto os recursos materiais como a inovação humana como elementos integrantes do capital.

Romer (1986) e Lucas (1988) são autores notáveis cujas contribuições são pertinentes ao modelo de expansão em discussão. Os estudos mencionados, tal como o modelo de Solow, baseiam-se em pressupostos neoclássicos. No entanto, distinguem-se por incluir os efeitos dos retornos da educação e da pesquisa (COSTA, 2007).

3.4.1 O MODELO DE ROMER

O modelo de Romer (1990) demonstra maior precisão do que o modelo de Solow (1976). Segundo Romer, o avanço tecnológico resulta dos conceitos e conhecimentos da população em geral. Existe uma correlação positiva entre o crescimento econômico e o nível de educação de uma população, bem como a sua literacia científica e tecnológica. Foi determinado que a disponibilidade de indivíduos instruídos contribui para a disparidade do desenvolvimento nacional. Foi demonstrado (LINS, 2011) que as nações com infra-estruturas mais desenvolvidas tendem a atrair e a reter indivíduos com capacidades intelectuais mais elevadas.

O modelo de Romer afirma que a inovação tecnológica impulsiona o progresso econômico, que é considerado um fator endógeno no âmbito do modelo. Além disso, prevê-se que esta inovação seja não competitiva e parcialmente exclusiva. De acordo com Romer (1990, citado em Andrade, 2010), esta estrutura é composta por capital, capital humano, tecnologia e trabalho.

A estratégia concebida por Romer incorpora três domínios essenciais: investigação, produtos intermédios e produtos finais. O setor da investigação utiliza eficazmente a experiência do seu pessoal para criar novos produtos e métodos de produção. A utilização de tecnologia sofisticada no setor intermédio é essencial para a produção de bens de capital. Estes bens, que podem ser utilizados imediatamente ou mantidos como novos ativos, são fabricados pela indústria responsável pela produção de produtos acabados.

É fundamental reconhecer que o sistema de mercado em que cada setor opera se distingue por características que são predominantemente determinadas pela natureza distinta dos produtos e serviços oferecidos em cada setor. De acordo com Andrade (2010), o setor de pesquisa é caracterizado pela concorrência ideal, enquanto o setor responsável pela produção de produtos intermediários é caracterizado pela concorrência monopolística. Além disso, a concorrência ideal rege a indústria envolvida na produção de bens finais.

A ausência de uma proteção eficaz da informação e da confidencialidade obriga a considerar os efeitos externos positivos que a origem de novos conhecimentos por uma única organização tem sobre o potencial de produção de outras empresas. É importante notar que o produto marginal do conhecimento tem o potencial de aumentar ao longo do tempo para maior clareza. Além disso, há indícios de que a produção de bens de consumo pode registar retornos crescentes devido à acumulação de informação e de outros fatores de produção.

O equilíbrio no modelo de Romer (1990) pressupõe que os investigadores têm acesso ilimitado a todo o conhecimento previamente acumulado. Este pressuposto é consistente com a noção de que a informação é um bem não rival (Andrade, 2010). O capital humano investido em investigação e desenvolvimento (I&D) determina a taxa de crescimento

compatível com o pressuposto de crescimento equilibrado do modelo de Romer (1990).

Como a taxa de crescimento é influenciada pelo estoque de capital humano, a conclusão positiva do modelo sugere que países com maior acúmulo de capital humano terão crescimento acelerado. Por conseguinte, a facilitação do comércio sem restrições tem o potencial de acelerar o desenvolvimento econômico. Em contraste, o progresso limitado observado nas economias das nações empobrecidas, os quais são frequentemente caracterizadas por políticas comerciais restritas, pode ser atribuído a uma acumulação insuficiente de capital humano nessas regiões (ANDRADE, 2010).

3.4.2 O MODELO DE LUCAS

No modelo concebido por Lucas (1988), evidenciam-se críticas contundentes ao modelo de Solow, sobretudo devido à sua dependência exclusiva de um propulsor de crescimento exógeno - o progresso tecnológico. Lucas enfatiza a necessidade de uma elucidação mais detalhada acerca deste motor tecnológico (BRAZ, 2013).

Ao abordar as discrepâncias tecnológicas entre nações, o foco não recai sobre o conhecimento amplamente acessível à coletividade, mas sim sobre o saber intrínseco a indivíduos específicos ou a grupos restritos. Essa abordagem deixa de ser substancialmente profícua. É imperativo um formalismo que articule as decisões individuais de aquisição desse conhecimento e as repercussões destas escolhas na produtividade (BRAZ, 2013).

Neste contexto, Lucas integra a variável capital humano como um elemento intrínseco à mudança tecnológica, inaugurando o conceito de efeito externo do capital humano, evidenciando os spillovers entre os agentes nos modelos de crescimento econômico (ANDRADE, 2010).

A arquitetura teórica proposta por Lucas (1988) exaltou a cardinalidade do capital humano na orquestração de um crescimento sustentado. O autor explicou as externalidades decorrentes da acumulação de capital humano, particularmente no âmbito educacional, e suas repercussões na produtividade econômica. Em sua concepção, o acervo agregado de capital humano induz

um efeito de espraiamento (spillover), corroborando os investimentos públicos em educação, face aos benefícios sociais intrínsecos a tais aportes (DIAS; DIAS; LIMA, 2009).

Na perspectiva de Lucas, os aportes em capital humano, visando à qualificação, culminam em dois desdobramentos: (1) a elevação da produtividade dos sujeitos que investem em seu próprio capital humano e (2) o engrandecimento da economia como um todo, beneficiada pela presença de indivíduos mais eruditos, aptos a catalisar inovações e, conseqüentemente, alavancar a produtividade do sistema econômico. Tais externalidades e inovações, conforme Lucas, constituem os pilares propulsores do crescimento econômico (OLIVEIRA, 2004).

O modelo em tela contempla os impactos internos e externos gerados pelo capital humano. Enquanto os efeitos internos se manifestam na produtividade dos trabalhadores, os externos se revelam no aumento da produtividade dos fatores produtivos (ANDRADE, 2010).

Lucas (1988), ao incorporar o capital humano à função de produção e ao postular que os indivíduos se empenham na ampliação de sua qualificação, sinaliza a capacidade dos agentes em modularem seus investimentos em educação (RESENDE, 2016).

Desta feita, o capital humano, nesse modelo, não apenas emerge como fator preponderante para o crescimento econômico, mas também como estímulo para investimentos nesta variável, conferindo-lhe um comportamento não-decrescente. Neste prisma, a função de produção ostenta rendimentos constantes de escala, fazendo com que o produto marginal, ou o incentivo para investir em educação, permaneça constante (RESENDE, 2016).

Portanto, a quintessência do modelo de Lucas reside na inferência de que uma política contínua de fomento à qualificação e ao saber dos indivíduos tende a perpetuar o crescimento da taxa de renda (AGUIAR, 2018).

3.5 DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A primazia do desenvolvimento humano de uma nação está intrinsecamente atrelada ao seu avanço econômico, sendo este último um vetor determinante para assegurar bens sociais que catalisam o desenvolvimento

humano. Tradicionalmente, o desenvolvimento humano é quantificado pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), um índice calcado em pilares como educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Este índice oscila entre 0 (ausência total de desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano pleno).

Nesse espectro, nações com IDH até 0,499 são categorizadas com desenvolvimento humano incipiente, aquelas com índices situados entre 0,500 e 0,799 ostentam um desenvolvimento humano intermediário. Por outro lado, países cujo IDH supera 0,800 são distinguidos por um desenvolvimento humano elevado (PNUD, 2003).

Conforme postulado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), "o desenvolvimento humano é concebido como um processo que amplia as opções individuais, habilitando as pessoas a moldarem suas próprias vidas, de acordo com suas aspirações" (PNUD, 2003, s/p). Tal concepção se desvencilha das perspectivas tradicionais de crescimento econômico, que tendem a mensurar o bem-estar coletivo estritamente a partir de recursos ou da renda gerada. Em contrapartida, o desenvolvimento humano põe em relevo o indivíduo, priorizando suas oportunidades e competências. Essencialmente, o foco é deslocado do mero crescimento econômico para a valorização da essência humana.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme elucidado pelo PNUD, é uma métrica concisa que reflete o progresso duradouro em desenvolvimento humano. Ancorado em três dimensões basilares - renda, educação e saúde - o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é reverenciado pelo PNUD como um instrumento valioso, destinado a amplificar a consciência acerca do desenvolvimento humano global, oferecendo um compêndio robusto de dados e uma abordagem. Englobando o IDH, os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs) veiculam insights e análises cruciais para a pauta global, debatendo problemáticas e estratégias de políticas públicas que colocam o ser humano no epicentro das soluções para desafios desenvolvimentistas.

4 AS DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Embora alguns postulem que o domínio da Educação Financeira seja um advento contemporâneo, a literatura acadêmica argumenta veementemente em contraposição. Ao longo da tapeçaria da história humana, sempre existiu a imperatividade da aquisição. No entanto, nas eras pretéritas, a prática prevalente era a do escambo, onde os indivíduos intercambiavam bens conforme suas necessidades imediatas. D'Aquino (2008) ilustra que, ao longo dos tempos, uma imensidade de objetos e utensílios desempenhou o papel de moeda em distintas culturas e períodos. Weatherford (2005) destaca que a gênese da moeda remete à troca rudimentar de itens como cobre, prata, conchas e ouro. Contemporaneamente, a esfera monetária expandiu-se para incorporar moedas, notas, cheques, contas bancárias, cartões de crédito e transações eletrônicas. Esta metamorfose digital do dinheiro, conforme postula Fortuna (2005, p. 213), está destinada a ampliar seu protagonismo na cotidianidade, especialmente devido à emergência de modalidades eletrônicas de pagamento que simplificam transações e fomentam o consumo.

O cenário pós-Guerras Mundiais, particularmente na década de 1940, testemunhou um crescimento vertiginoso do capitalismo. A consequência geopolítica da Segunda Guerra bifurcou o globo em duas potências ideológicas dominantes: capitalismo e socialismo. No contexto brasileiro, o período subsequente à guerra presenciou um crescimento econômico estimado em cerca de 7% anualmente, implicando em uma multiplicação quase que dobrada do Produto Interno Bruto (PIB) a cada decênio, resultando em um incremento superior a dez vezes entre 1945 e 1980 (COUTINHO; BELLUZO, 1996).

O ano de 1993 marcou uma virada econômica para o Brasil com a introdução do Plano Real, um projeto que conferiu ao país a resiliência para superar várias turbulências econômicas. A posterior metade da década de 1990 viu um aumento no consumo interno. Coincidindo com esse período, o acesso facilitado a produtos e serviços, por meio de financiamentos e crediários, tornou-se uma realidade para a população. A Fundação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2014) aponta as instituições bancárias como arquitetas de aspirações, embora esta narrativa tenha sido atenuada por taxas de juros exorbitantes, por vezes, atingindo 150% anualmente. Em um contexto

onde o consumismo se intensificou, Domingos (2008) cunhou o termo "analfabetos financeiros" para caracterizar aqueles desprovidos de uma formação em Educação Financeira.

Na perspectiva elucidada por Bauman (2008), o ato de consumo é uma prática enraizada tão profundamente quanto a própria existência de seres vivos, perpetuando-se através das eras, conforme evidenciado por narrativas históricas e relatos etnográficos. No panorama da sociedade capitalista, o consumo não emergiu meramente da introdução da moeda, mas sim das interações e trocas intrínsecas entre entidades, independentemente de qualquer meio monetário. Bauman (2008) postula que o consumismo contemporâneo se configura como um arranjo social, uma metamorfose dos desejos, anseios e vontades humanos em uma força motriz e operacional dominante na sociedade. Este arranjo não apenas coordena a reprodução, integração e estratificação sociais, mas também molda a identidade individual e coletiva, influenciando decisões e trajetórias de vida.

Em meio a um turbilhão de transformações socioeconômicas que se desdobram incessantemente, observa-se uma tendência crescente do consumidor moderno em ampliar seus gastos, resultando, frequentemente, em uma gestão financeira desequilibrada. Diante desse cenário, torna-se evidente que a atual geração enfrenta desafios financeiros mais multifacetados em comparação às gerações anteriores. Entretanto, a evolução na Educação Financeira da população parece não ter acompanhado tal dinâmica. O vácuo na formação em Educação Financeira, combinado com o acesso desenfreado ao crédito, tem levado inúmeros indivíduos a uma espiral de endividamento, comprometendo significativas porções de sua renda em compromissos financeiros.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional), conduzida mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010 e abrangendo aproximadamente 18 mil consumidores, revelou em junho de 2020 um índice sem precedentes de famílias endividadas. Este estudo também evidenciou um ápice no percentual de famílias com dívidas pendentes e naquelas que expressaram incapacidade de honrar tais compromissos. Notavelmente, 67,1% das famílias reportaram possuir algum tipo de endividamento (CNC, 2020).

Por sua vez, o Indicador de Inadimplência de Pessoas Físicas do Brasil, gerido pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), monitora mensalmente o contingente de consumidores com pendências financeiras e a evolução das dívidas em atraso. No término de 2019, observaram-se duas reduções consecutivas nesses indicadores. Contudo, os albores de 2020 trouxeram uma reviravolta com um aumento na inadimplência. Janeiro de 2020, quando cotejado com o mesmo período do ano anterior, apresentou um incremento de 1,38% na inadimplência, com ênfase em débitos recentes, especialmente aqueles com até 90 dias (+11,56%) e entre 91 e 180 dias (+11,71%) (SPC BRASIL, 2020).

A essência da Educação Financeira reside na capacitação dos indivíduos para administrar, de forma eficaz, seus recursos monetários ao longo de suas trajetórias. Esta instrução não se limita à mera transmissão de conhecimentos técnicos, mas engloba a formação de atitudes e comportamentos prudentes diante das finanças (MUNDY, 2008). Oliveira (2007, p. 09) ressalta que a verdadeira Educação Financeira transcende a mera instrução sobre técnicas de gestão monetária e não deve ser percebida como um compêndio de normas moralistas simplistas.

De acordo com Sen (2007), a concepção de desenvolvimento deve equilibrar aspectos individuais e sociais. O mero acúmulo de riqueza monetária não é suficiente para qualificar uma sociedade como genuinamente desenvolvida. O crescimento econômico, além de potencializar a renda individual, habilita o Estado a promover bem-estar social e a redistribuir riqueza visando equidade e qualidade de vida.

Modernell (2011) define Educação Financeira como um panorama holístico de orientações sobre práticas e posturas adequadas no gerenciamento de finanças pessoais. Confrontando o mito popular de que a busca por Educação Financeira é meramente uma corrida pela riqueza, Kiyosaki e Lechter (2000) enfatizam a importância da instrução contínua e da disposição para aprendizado adaptativo.

Educação Financeira, conforme articulado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), é um processo contínuo que capacita indivíduos e sociedades a compreenderem conceitos e produtos financeiros. Através desta instrução, os cidadãos são equipados com

as ferramentas necessárias para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis, potencializando seu bem-estar e contribuindo para uma sociedade mais consciente e sustentável.

No contemporâneo cenário de consumo, os indivíduos são constantemente bombardeados por estímulos que incitam desejos muitas vezes efêmeros. É imperativo discernir entre desejo e necessidade, questionando-se sobre a real pertinência de determinada aquisição.

Finalmente, é crucial compreender que a Educação Financeira não implica em abnegação ou privação de prazeres. A vida é repleta de decisões, e o ser humano possui o dom da racionalidade, permitindo-lhe tomar decisões não meramente baseadas em emoções efêmeras, mas fundamentadas em uma visão ponderada de longo prazo.

Na contemporaneidade, a habilidade de gerir recursos financeiros adquire uma relevância paralela, se não superior, à capacidade de acumular riquezas. Enquanto um indivíduo economicamente abastado, mas desprovido de astúcia financeira, pode ver sua fortuna esvaecer, aquele com recursos limitados, mas dotado de perspicácia em investimentos e economia, tem o potencial de exponenciar seu patrimônio. O cerne da Educação Financeira reside na iluminação da consciência individual sobre a imperatividade do planejamento financeiro no processo decisório.

Segundo o Banco Central (BACEN, 2011, p. 11), a excelência individual na gestão financeira reverbera em um benefício coletivo. Esta proficiência não apenas sedimenta um sistema financeiro mais robusto e eficaz, mas também prepara cada cidadão para navegar com destreza pelas intempéries e desafios inerentes à jornada econômica.

Refletindo sobre as elucidações dos renomados pensadores da área financeira, torna-se evidente a premente necessidade de uma instrução financeira abrangente para a população. Esta formação, quando assimilada e traduzida em práticas cotidianas, culmina em um bem-estar elevado, não somente para o indivíduo, mas também para seu núcleo familiar, engendrando um horizonte auspicioso para todos desfrutarem conscientemente. Lamentavelmente, a Educação Financeira ainda se apresenta como uma notável ausência na formação cidadã contemporânea.

4.1 O PAPEL VITAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DOS INDIVÍDUOS

A Educação Financeira (EF) permeia a existência de cada indivíduo, entrelaçando-se com variáveis econômicas intrincadas como taxas de juros, inflação e demais indicadores. Este convívio contínuo determina consequências diretas e indiretas na esfera financeira individual e, por extensão, impacta a coletividade circundante. A assimilação profunda da EF configura-se como pilar fundamental na construção de um cidadão consciente, apto a discernir seus direitos e responsabilidades. A imersão nesse domínio sempre se mostrou vital para uma gestão eficaz dos recursos monetários.

Com a evolução e sofisticação dos mercados financeiros nos anos recentes, a proficiência em conceitos financeiros tornou-se imperativa. Mais do que um privilégio reservado àqueles imersos no mundo das finanças, a literacia financeira emerge como uma competência cardinal, destinada a fomentar uma existência mais próspera e equilibrada.

A propagação da Educação Financeira não só consolida um ambiente econômico mais robusto e integrado, mas também reverbera no bem-estar coletivo de uma nação. A EF não se apresenta meramente como uma ferramenta para a otimização de rendimentos, poupanças e investimentos; ela transcende, capacitando indivíduos a uma compreensão ampliada sobre suas receitas e gastos, instigando confiança nas decisões de investimento e pavimentando um futuro mais estável. Este arcabouço educacional visa não apenas a prevenção de adversidades financeiras, mas também a promoção de relações interpessoais e profissionais mais harmoniosas.

Ancorado na premissa supracitada, Kiyosaki (2017) articula a urgente necessidade de uma revisão paradigmática. Historicamente, a sociedade, por razões culturais, frequentemente se abstém de cultivar uma instrução financeira proativa. Contrapondo essa tendência, Kiyosaki postula que muitos, de maneira inadvertida, confundem instrumentos e finalidades, atribuindo ao capital monetário uma importância desmesurada, em detrimento da verdadeira joia: a educação. A versatilidade cognitiva, aliada à capacidade de adaptação e aprendizado, é o cerne da prosperidade financeira. Caso contrário, acreditar na solução mágica proporcionada pelo dinheiro por si só conduzirá a momentos

adversos. A verdadeira inteligência, destituída de sagacidade financeira, é efêmera em sua eficácia.

Sob este prisma, Kiyosaki (2017) também salienta o valor intrínseco da segurança conferida pelo conhecimento, que, por sua vez, engendra audácia, permitindo incursões audazes sem a sombra do temor. Ele postula: "Com a devida Educação Financeira, os riscos são atenuados, os lucros são amplificados e a tributação reduzida. O desafio reside em desviar dos conselhos convencionais e abdicar de métodos de investimento ortodoxos."

Por sua vez, o Banco Central do Brasil (BACEN, 2012) identifica que o ethos da Educação Financeira é intrinsecamente afetado por nuances culturais regionais. Existem variáveis culturais e psicológicas que restringem o florescimento da Educação Financeira, incluindo comportamentos enraizados, impulsividade, apatia educacional e uma proclividade a superestimar o próprio discernimento financeiro. Estes fatores, aliados à regulação potencialmente insipiente e à ineficácia dos mecanismos de proteção ao consumidor, indicam que simplesmente prover informações não é suficiente. É imperativo estimular os indivíduos a transpor barreiras comportamentais, motivando-os a assimilar e aplicar práticas financeiras ótimas.

Na contemporaneidade, a alfabetização financeira tornou-se inextricavelmente entrelaçada ao cotidiano dos cidadãos. Nesse sentido, o domínio sobre finanças não deve ser exclusividade daqueles intimamente ligados às áreas financeira e econômica. Tais conhecimentos emergem como ferramentas universais, capacitando indivíduos a arquitetar sua trajetória financeira de maneira perspicaz.

Para um efetivo zelo financeiro, é crucial cultivar a prática meticulosa de registrar e monitorar receitas e despesas. A disciplina e o zelo na pesquisa, estudo e análise de conceitos e estratégias disponíveis são igualmente fundamentais para decisões de investimento judiciosas, culminando em uma estabilidade financeira resiliente.

De acordo com uma análise conduzida pela Associação Brasileira de Educação Financeira (AEF, 2010), a relevância da Educação Financeira manifesta-se de maneira inconteste, porquanto confere aos indivíduos a capacidade de orquestrar e administrar sua renda, cultivar práticas de poupança e investimento, garantindo, dessa forma, uma estabilidade financeira

sustentável.

A instrução financeira emerge como um mecanismo que capacita o indivíduo a decifrar o universo monetário, empregando estratégias adequadas para sua gestão. É imperativo reconhecer que tal instrução transcende a mera conservação monetária, envolvendo uma compreensão aguçada das oportunidades e riscos inerentes à esfera financeira. Em sua essência, a Educação Financeira possibilita que os cidadãos tomem decisões conscientes e estratégicas em relação à gestão de seus recursos.

A precariedade na literacia financeira é intrinsecamente correlacionada ao endividamento e à incapacidade de formar reservas monetárias. Assim, a propagação desse conhecimento, ou ao menos de seus preceitos basilares, é essencial para assegurar a homeostase do orçamento doméstico. Em território nacional, a abordagem desse tópico é ainda incipiente, influenciada pelo escasso conhecimento e pela limitada expertise dos agentes comprometidos com a capacitação financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Uma das barreiras cruciais reside na falta de familiaridade de muitas famílias com essa temática, culminando em desafios ao tentar inculcar tais conceitos nas gerações subsequentes. Esta lacuna pode ser atribuída, em parte, a peculiaridades culturais, como a volatilidade econômica que o Brasil enfrentou antes da implementação do Plano Real, período em que a previsibilidade salarial era quimérica. Para instaurar uma mudança significativa, é imperativo introduzir tal temática no ambiente escolar, complementada por práticas cotidianas encorajadas pelos progenitores.

As consequências de uma formação financeira deficiente refletem-se na vida cotidiana dos indivíduos, manifestando-se na incapacidade de acumular reservas, na proliferação de débitos e no consumismo exacerbado. A promoção da instrução financeira desde tenra idade é vital para moldar futuros mais promissores, pavimentando o caminho para uma existência financeiramente estável.

De maneira sub-reptícia, o currículo escolar aspira a capacitar cidadãos para os desafios da vida contemporânea. Contudo, em sua vertente tradicionalista, negligenciou-se a incontornável necessidade do trabalhador moderno de possuir discernimento econômico, compreendendo as nuances de juros, os potenciais perigos do crédito e as vicissitudes da gestão orçamentária

doméstica. Estes são conhecimentos frequentemente ausentes do escopo educacional (SECCO, 2014).

Neste cenário, torna-se imperativo enfatizar o papel primordial das instituições educacionais em preparar os indivíduos para os desafios multifacetados que encontrarão além dos muros escolares. A inculcação da Educação Financeira em estágios precoces da vida é de suma importância. Mesmo quando ainda não possuem a destreza para gerir recursos monetários, observa-se nas crianças uma inata curiosidade e inclinação para compreender essa temática.

A aquisição monetária por parte das crianças, independentemente do montante, passa a ser simbolicamente associada à realização de desejos e anseios. Esse processo intrinsecamente instiga o anelo infantil de almejar continuamente mais, visando satisfazer seus desejos.

Consoante ao Banco de Investimentos BTG Pactual (2017), a Educação Financeira é uma ferramenta quintessencial para aqueles que visam honrar o fruto de seu labor, considerando que o esforço diário é empregado na obtenção de recursos monetários, e, certamente, não se almeja sua dissipação imprudente.

Por conseguinte, deduz-se que, para concretizar os ideais da Educação Financeira, duas vertentes cruciais devem ser contempladas: a meticulosa organização dos gastos e a apropriada alocação dos recursos. A vigilância contínua sobre as despesas mensais é vital, permitindo não apenas a visualização dos resultados, mas também investimentos judiciosos dos excedentes financeiros. A essência da Educação Financeira engloba uma profunda compreensão da relação estabelecida com o capital, traduzindo-se, em última análise, no domínio e discernimento sobre práticas financeiras e a tomada de decisões otimizadas no âmbito da gestão econômica individual.

4.2 HÁBITOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE AS PRÁTICAS E CONSUMO COM CONSCIÊNCIA

Em um panorama global, observa-se uma inclinação proeminente para bens e serviços, impulsionados por sofisticadas estratégias mercadológicas. Diariamente, a sociedade está imersa em uma matrix consumista, que abrange

desde serviços essenciais, como alimentação e transporte, até avançados produtos tecnológicos. Esta constante interação mercadológica alimenta uma incessante aspiração por inovações que promovam bem-estar e elevem a qualidade de vida. Contudo, é imperativo reconhecer que o consumo não é desprovido de ramificações, tanto benéficas quanto adversas.

O ato de consumir reverbera não apenas no indivíduo, mas ecoa em toda a biosfera, influenciando o ecossistema, a estrutura econômica e o tecido social. Assim, torna-se crucial introspectar sobre padrões de consumo, discernindo necessidades genuínas de desejos efêmeros, almejando uma prática de consumo sustentável.

O ideal de sustentabilidade alude a um crescimento econômico e progresso social harmonizados com o ecossistema, respeitando a capacidade regenerativa da natureza e buscando equidade nas demandas intergeracionais. Contudo, esta visão de desenvolvimento sustentável é desafiada pela persistente mentalidade consumista, que se mostra muitas vezes negligente com o equilíbrio natural (BOFF, 2009, p. 111).

O consumo consciente emerge quando o indivíduo pondera os impactos de suas escolhas no macrocosmo. Embora seja uma tarefa intrincada, a conscientização do consumo é imperiosa. Define-se como consumo responsável aquele ato onde as escolhas são pautadas na minimização de seu impacto ecológico.

O consumo consciente é caracterizado pela aquisição e utilização de recursos, tangíveis e intangíveis, de maneira que não supere as necessidades reais e não esgote a capacidade regenerativa da natureza. Mais do que um dever cívico, tais atitudes reverberam na preservação ambiental. "A evolução das predileções consumistas da sociedade denota uma transformação ao longo dos anos, tornando-se especialmente notória à luz dos fenômenos de globalização e urbanização" (PRADO et al., 2011, p. 111). A cadeia produtiva, seja ela artesanal ou industrial, possui implicações diretas tanto para produtores quanto consumidores (AGÜERO; GOULD, 2003).

Na contemporaneidade, a cultura do "fast-food", termo designado para refeições confeccionadas em curtos períodos de tempo, tornou-se um paradigmático fenômeno de consumo que transcende gerações, desde crianças a adultos. Observa-se uma crescente propensão por opções

alimentares caracterizadas pela praticidade e rapidez, com sanduíches e bebidas gaseificadas ocupando o ápice das preferências gastronômicas. Esta tendência, alarmantemente, alinha-se a um novo *modus vivendi*, inclusive entre aqueles que, detentores de discernimento acerca dos potenciais malefícios de tal dieta à saúde, continuam a adotá-la (GAMBARDELLA; FRUTUOSO; FRANCH, 1999).

A inclinação comportamental do consumidor é notavelmente influenciada pelas estratégias de marketing meticulosamente arquitetadas por estas cadeias de fast-food. Para muitos consumidores, a uniformidade do preparo e apresentação do alimento, replicável em distintas localidades, é erroneamente interpretada como um indicativo de qualidade superior, consolidando-se assim como opção predileta para uma vasta demografia.

Hábitos, por definição, são comportamentos recorrentemente manifestados pelos seres vivos, sendo fruto de aprendizado e subsequente repetição, concretizando-se como um *modus operandi* cotidiano. Quando tais hábitos desembocam em um consumo insustentável e voraz, a resultante pode ser não somente um desperdício material, mas também a incorporação de elementos nocivos à saúde, como no caso de alimentos propulsores de quadros de obesidade.

Esta cultura de desperdício é exacerbada por um ritmo vertiginoso de produção e um consumo desenfreado. Tal dinâmica propicia um dispêndio financeiro desproporcional à renda detida, sugerindo uma hierarquização de desejos e aspirações que antepõem à realidade econômica. Desta forma, a seleção entre produtos e processos, sejam eles benéficos ou supérfluos à subsistência, molda-se segundo o padrão de vida individualizado de cada sujeito (MOTTA; ROSSI, 2003).

Os modos de consumo estabelecidos refletem decisivamente a responsabilidade, ou a falta dela, dos seres humanos quanto ao destino sustentável do planeta. A propensão ao consumismo exacerbado culmina na produção excessiva de resíduos, contribuindo conseqüentemente para perniciosas alterações ambientais, tais como degradações na camada de ozônio, acumulação desenfreada de detritos e a crescente incidência de eventos catastróficos naturais nas últimas décadas. Estas adversidades comprometem a integridade e qualidade de vida de inúmeras populações

(POMBO; MAGRINI, 2008).

Na conjuntura atual, uma diligente atenção ao meio ambiente reveste-se de crucial importância. Assim, através do engajamento em práticas cotidianas singelas, é possível alavancar benefícios significativos ao ecossistema global (GOMES, 2006). Ações como desativar iluminações ao se ausentar de ambientes, minimizar o uso de papel, priorizar a aquisição de produtos recicláveis e assegurar o fechamento adequado de torneiras para prevenir o desperdício hídrico são exemplos de condutas sustentáveis que têm sido progressivamente incorporadas pelo tecido social (SILVA et al., 2012).

Em uma análise recente, o Instituto Akatu (2018) conduziu uma avaliação acerca do comportamento consciente dos brasileiros, ponderando os obstáculos, desafios e impulsionadores intrínsecos. O Gráfico 1, elaborado com base nos dados do referido instituto, delinea a evolução do consumo consciente no Brasil entre 2012 e 2018, categorizando-o segundo suas principais dimensões: economia, planejamento, reciclagem e aquisições sustentáveis.

Gráfico 1 – Comportamentos indicadores de consumo consciente



Fonte: Akatu (2018).

Conforme ilustrado no Gráfico 1, identifica-se uma tendência marcante em direção ao consumo consciente, com destaque para a economia pessoal, particularmente no contexto doméstico, que se manifestou como a prática mais prevalente entre os anos de 2012 a 2018. Contudo, ao analisar a trajetória representada no gráfico, observa-se uma declinação no que concerne ao

planejamento, indicando que muitos cidadãos brasileiros ainda se submetem à tentação de aquisições impulsivas. Em 2018, detectou-se uma crescente sensibilidade dos brasileiros em relação à reciclagem — evidenciada por práticas como a segregação de resíduos e a reutilização de papel — bem como a preferência por compras sustentáveis, abrangendo produtos confeccionados a partir de materiais reciclados e a seleção de itens orgânicos. Assim, o panorama sugere uma evolução na conscientização, indicando uma transição rumo a um estilo de vida mais harmônico com o ambiente.

A temática ambiental assume uma posição de destaque nas discussões contemporâneas. Nesse contexto, emerge o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como a busca por um equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais, sem extravagâncias, e a preservação ambiental, garantindo, assim, a sustentabilidade para as gerações correntes e vindouras, evitando a exaustão dos recursos naturais (WWF BRASIL, 2020).

A prática do consumo consciente surge como um vetor primordial para a reconfiguração das práticas de consumo da coletividade. Tal abordagem enfatiza a aquisição de produtos ecologicamente responsáveis e de menor impacto ambiental, conferindo aos consumidores o poder de escolha informada, considerando não apenas o produto em si, mas todo o ethos subjacente à sua produção. O consumo consciente, por vezes designado como consumo sustentável, representa uma abordagem inovadora e antagônica ao modelo convencional de consumo imediatista, o qual é caracterizado por uma busca insaciável por gratificação instantânea e benefícios econômicos (sob a perspectiva empresarial), desconsiderando as implicações ecológicas intrínsecas.

Em meio ao ascendente movimento de consumo consciente, desponta um paradigma pautado na economia sustentável. Essa inflexão tem ganhado vigor, considerando especialmente o surgimento e consolidação de conceitos como "pegada ecológica" e "marketing verde" nas práticas industriais. Embora tais nomenclaturas sejam relativamente novas, elas são emblemáticas dos esforços de gestão ecológica de corporações, alinhando a produção de bens ao ethos da sustentabilidade (BARBIERI, 2003; KRUGLIANSKAS; ALIGERI, ALIGLERI, 2009; DAHLSTROM, 2011).

No escopo destes termos, a pegada ecológica emerge como uma

métrica primordialmente destinada a quantificar o consumo de recursos naturais atribuível às atividades humanas (WWF BRASIL, 2020). Esta metodologia, expressa em hectares globais (gha), busca dimensionar o impacto das demandas humanas sobre o ambiente natural, facultando uma análise comparativa dos padrões de consumo e aferindo sua conformidade com a capacidade de resiliência do planeta (CIDIN; SILVA, 2004). Por sua vez, o conceito de marketing verde refere-se a abordagens mercadológicas que minimizam impactos ambientais, englobando desde a confecção de embalagens recicláveis até a reorientação de estratégias publicitárias (GONZAGA, 2005; ENOKI et al., 2008; DALMORO; VENTURINI e PEREIRA, 2009).

Neste contexto, a adoção de estratégias voltadas à economia sustentável não apenas viabiliza às empresas a produção alinhada a preceitos ecológicos, mas também potencializa sua imagem institucional. Tal postura reverbera em economias operacionais e na penetração em segmentos de mercado ávidos por produtos ecologicamente responsáveis (CALOMARDE, 2000; TACHIZAWA; ANDRADE, 2008).

A indústria, em sua incansável busca por inovação e visibilidade, tem se deparado com interessantes insights. A pesquisa conduzida por Lopes e Pacagnan (2014) revela um dado elucidativo: enquanto 77,1% das empresas manifestam preocupações ambientais, uma parcela substancialmente menor efetivamente implementa ações de marketing verde. Paralelamente, observa-se um engajamento em iniciativas de cunho social, particularmente voltadas à educação de jovens, com 58,3% das empresas investindo em projetos de responsabilidade social.

No panorama industrial contemporâneo, observa-se um crescente engajamento em iniciativas vinculadas à educação infantil. Esta movimentação reflete uma consciência social emergente que reconhece a imperatividade de instruir as novas gerações em temas críticos como educação ambiental, consumo responsável e literacia financeira.

Dada a relevância dos padrões de consumo e seus impactos tangíveis sobre a ecologia e a sociedade, torna-se imperioso que tal temática permeie o ambiente educacional, especialmente direcionado a adolescentes que começam a dar seus primeiros passos no universo financeiro, seja por meio de

estágios remunerados ou alocações pecuniárias fornecidas pelos progenitores. A inserção da Educação Financeira no currículo escolar alude à concepção de que jovens adequadamente instruídos nesta esfera metamorfoseiam-se em adultos com elevada prudência fiscal, aptos a gerir seus recursos de maneira sagaz e a mitigar excessos consumistas (VILHENA, 2014).

4.3 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PROGRESSO ECONÔMICO

A instrução acadêmica se consolida como um pilar crucial para o florescimento econômico. Ao iluminar a cognição individual sobre o eu, o mundo e a matriz social, ela não apenas eleva o bem-estar humano, mas também serve como um catalisador para o avanço econômico e social de uma nação, configurando-se, adicionalmente, como um vetor de equidade na distribuição de riquezas.

Historicamente, a educação tem sido valorizada como um indicativo primordial para o desenvolvimento societário, atuando como uma métrica da qualidade de vida. No entanto, sua vinculação com o desenvolvimento econômico, por vezes, limitou-se ao mero crescimento econômico, originalmente circunscrito ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto, a pedagogia, quando observada sob a lente econômica, tem sido reconhecida, há tempos, como um propulsor do bem-estar coletivo, uma vez que catalisa o crescimento econômico. Hanushek (2010), em sua erudição, destaca três mecanismos, elucidados pela literatura econômica, pelos quais a educação pode potencialmente intensificar tal crescimento. Primeiramente, ela tem o poder de amplificar o capital humano intrínseco à mão de obra, impulsionando, assim, a eficiência produtiva. Em segundo lugar, a instrução age como um estímulo à capacidade inovadora da economia, visto que inovações e produtos emergentes são motores de expansão. Finalmente, como terceiro mecanismo, a educação facilita a disseminação e assimilação de conhecimentos, habilidades e inovações alheias, permitindo sua aplicação eficaz no propósito de alavancar o crescimento.

A antiga postulação de que o mero indicador de crescimento econômico, representado pelo Produto Interno Bruto (PIB), é o único baluarte para exemplificar o desenvolvimento econômico de uma nação foi paulatinamente

desmantelada. Em seu lugar, emergiu uma concepção mais holística, segundo a qual o desenvolvimento econômico abarca transformações qualitativas referentes à qualidade de vida das populações e à evolução das estruturas produtivas. Luminares como Raul Prebisch e Celso Furtado reforçam a premissa de que o desenvolvimento econômico ultrapassa os contornos do mero crescimento do PIB e da acumulação de riquezas. Eles argumentam que, em sua essência, reside a perpetuação do melhoramento da qualidade de vida das coletividades (OLIVEIRA, 2002). Dessa forma, torna-se imperativo discernir essas nomenclaturas, considerando que desenvolvimento econômico sugere uma distribuição de renda mais equânime, ao passo que o crescimento econômico não necessariamente o faz.

Amartya Sen (1999) propõe uma interpretação mais abrangente do desenvolvimento econômico, vendo-o como uma ampliação das liberdades individuais desfrutadas pela sociedade. Contrapondo-se à noção tradicional, ele entende que o crescimento econômico, ou o acréscimo do Produto Nacional Bruto (PNB), é apenas um veículo para promover tais liberdades. Para Sen, o verdadeiro desenvolvimento implica na eliminação de obstáculos que coíbem as liberdades humanas, algo que o mero crescimento não poderia assegurar por si só. Advogando pelo "desenvolvimento como liberdade", o autor postula que tal progresso se traduz na ampliação das aptidões humanas, permitindo que os indivíduos tenham acesso e oportunidades a prerrogativas intrinsecamente valorizadas, como a possibilidade de receber instrução básica.

5 FINANCIAMENTO EDUCACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS CONDIÇÕES DE ENSINO

Considerando as reflexões de Marcuse acerca daquilo que é primordial em nossa sociedade, emerge uma oportunidade para meditar sobre as incongruências que influenciam o sistema educacional. Indubitavelmente, a transmissão cultural e a educação são imperativas. Entretanto, enquanto tais ideais são frequentemente proclamados em discursos, sua concretização na prática parece distante.

Romeu Caputo, o Secretário de Educação Básica, afirmou em 2013 (p. 9) que a escola deve ser configurada como um ambiente acolhedor, ressaltando a necessidade de investir em infraestrutura. A visão idealizada inclui instituições atrativas e bem equipadas, providas das condições mais favoráveis possíveis. Contudo, observa-se um contraste significativo entre essa narrativa e a realidade concreta. O próprio secretário alude à ideia de erigir escolas por meio de abordagens que se afastam do método construtivo convencional, evitando elementos como tijolos e argamassa. A motivação por trás dessa proposta parece ser a economia de recursos e a aceleração do processo construtivo. No entanto, é crucial reconhecer que a mera edificação de estabelecimentos educativos não encapsula a essência da educação. Ao ponderar sobre as opulentas construções de estádios de futebol em contraste com as escolas, que frequentemente recorrem a materiais "alternativos" e econômicos, torna-se evidente a presença de uma lógica mercantilista subjacente, que delinea a atual conjuntura educacional.

A precária posição do Brasil nos rankings educacionais globais tem sido motivo de desapontamento coletivo. Frequentemente, figuras políticas ligadas à área educacional, quando confrontadas com tais estatísticas, tentam refutar ou minimizar os dados apresentados. No entanto, esses índices, mesmo com suas potenciais imperfeições, desvelam a lamentável situação da educação brasileira. Tanto rankings internacionais quanto nacionais têm se mostrado instrumentos valiosos, pois expõem a crítica realidade educacional do Brasil, destacando a premente necessidade de uma transformação profunda no setor educativo do país.

Aprofundando-se na contemplação acerca das avaliações e

indicadores, tanto nacionais quanto internacionais, Pedro Demo (2013), em diálogo com o *Jornal Mundo Jovem*, expressa ceticismo quanto à pertinência de investimentos no atual modelo escolar. Ele advoga por revoluções substanciais na constituição tanto da instituição educacional quanto do papel docente, de modo que ambas se alinhem de forma harmoniosa à aprendizagem do educando, levando em consideração as intrincadas nuances da sociedade hodierna. Neste contexto, salienta-se a imperatividade de uma praxis que considere a metamorfose contínua da realidade, transcendendo uma mera obsessão por indicadores isolados e métricas econômicas. Esses índices, por mais abrangentes que possam parecer, falham em encapsular a complexidade e a diversidade das circunstâncias vivenciadas no seio das instituições educacionais.

Nas literaturas consultadas, a alusão ao conceito de “condições mínimas” é recorrente. Sudbrack (2006), por exemplo, refere-se a medidas punitivas com o intuito de atenuar desigualdades no acesso à educação e assegurar um padrão qualitativo basal. Coraggio (2003) elucida a intenção de políticas sociais em direcionar recursos públicos para garantir que todos os cidadãos possam usufruir de um patamar mínimo de serviços essenciais. Diante dessas perspectivas, emerge a indagação: Por que se contentar com o mínimo? Qual a razão desta resignação à mediocridade?

Coraggio (2003) postula que a estratégia mercadológica de um país frequentemente se pauta em minimizar despesas, em especial aquelas oriundas de tributações requeridas para suprir as demandas de um Estado ineficaz ou sobrecarregado por obrigações sociais. Tal premissa revela que a filosofia neoliberal, com suas inclinações mercantilistas, está profundamente arraigada nas decisões governamentais da nação.

Emerge, assim, a percepção de que o direcionamento das políticas públicas não visa primordialmente o bem-estar da população, mas sim os interesses econômicos, o acúmulo de capital e a maximização do lucro, mesmo que isso implique sacrificar o bem-estar coletivo em prol de benefícios elitizados. Observa-se, adicionalmente, uma tendência governamental de realocar investimentos de áreas consideradas menos relevantes sob uma ótica econômica para aquelas percebidas como mais produtivas.

Em tal cenário, a esfera educacional é relegada à vulnerabilidade, dada sua incapacidade de gerar capitalização imediata. O denominado excedente, aquele montante que não é canalizado para a educação ou outros serviços sociais, é direcionado à esfera privada, fomentando a produção de bens comercializáveis e, por conseguinte, amplificando a lucratividade das entidades privadas, que operam em um contexto destituído de regulamentação apropriada (CORAGGIO, 2003).

Segundo Coraggio (2003), é comum em nações latino-americanas que um "estadista exemplar" priorize a garantia de serviços básicos às camadas economicamente desfavorecidas, reinvestindo o capital assim economizado em serviços destinados àqueles com capacidade financeira para custeá-los. Ilustrativamente, no Brasil, tal desequilíbrio é patente quando o Estado negligencia suas responsabilidades perante os cidadãos, ao passo que outorga isenções fiscais a corporações de grande porte que almejam estabelecer-se no território nacional. Desse modo, torna-se evidente a influência avassaladora das diretrizes mercadológicas sobre o que é definido como "condições mínimas".

Indubitavelmente, a infraestrutura figura como um ponto crítico nas instituições de ensino. No entanto, a dimensão pedagógica, frequentemente desnutrida, não se harmoniza com as evoluções já consolidadas no tecido social. Romeu Weliton Caputo, anteriormente citado secretário de Educação Básica (2013, p. 9), ao discorrer sobre instrumentos pedagógicos, postula a necessidade de docentes adequadamente capacitados para manejá-los.

Contudo, a realidade é que muitas instituições educacionais carecem de ferramentas contemporâneas; inúmeras delas sequer contam com laboratórios de informática funcionais, para não mencionar outras carências pedagógicas elementares. A declaração do secretário parece desviar-se da essência dos problemas, imputando aos educadores a responsabilidade por um sistema educacional deteriorado. Como é possível aspirar a um ensino de excelência quando, frequentemente, os recursos mais sofisticados à disposição do docente são o giz e a lousa? Como almejar uma instrução de vanguarda na era digital quando os estudantes, muitas vezes, contam apenas com papel e lápis - ou nem isso? No atual estado de

coisas, o sistema educacional é incapaz de introduzir os educandos ao universo das novidades, muito menos de empregar "instrumentos vanguardistas" em prol de uma educação robusta que fomente o pensamento crítico.

A interação entre tecnologia e indivíduo deve ser concebida de modo que a primeira esteja a serviço da segunda, e não inversamente. O edifício educacional e suas metodologias devem almejar a emancipação autêntica, contrapondo-se a um engodo de liberdade no qual o indivíduo erroneamente acredita estar exercendo autonomia, quando, de fato, foi predestinado pelo sistema a ser um componente crucial para a prosperidade dos aparatos produtivos. Dessa forma, quando sua utilidade se esvai, ele é marginalizado de seu papel, sofrendo uma abrupta desvalorização.

No contexto brasileiro, a infraestrutura de determinadas instituições educacionais, particularmente nas áreas mais remotas e desprovidas, é desoladoramente precária. Um caso emblemático foi relatado por uma docente de Imperatriz, no Maranhão, que expôs em uma plataforma digital a circunstância de sua escola, onde estudantes, durante uma avaliação, recorriam a guarda-chuvas para se resguardar das goteiras. Similarmente, Isadora Faber, de Santa Catarina, em sua página "Diário de Classe, a verdade", divulgou inúmeros desafios infraestruturais e acadêmicos, como instalações elétricas expostas, equipamentos deteriorados e carência de profissionais, enfrentados em seu estabelecimento educacional em Florianópolis. Inspirados por sua iniciativa, vários jovens e adolescentes empreenderam esforços semelhantes, desvelando situações de negligência flagrante em suas respectivas escolas.

Diante da problemática relativa ao declínio infraestrutural das instituições educacionais, é inevitável conjecturar acerca do caos instaurado. A sociedade, perplexa, questiona como uma nação economicamente vigorosa como o Brasil pode negligenciar investimentos em educação, ao passo que nações desenvolvidas priorizam tal setor. Os infortúnios são variados e profundos, desde a ausência ou degradação de instalações sanitárias, estruturas físicas deterioradas, ambientes insalubres, carência de sistemas básicos de saneamento, eletricidade e iluminação, até estudantes submetidos a aulas em espaços precários, como galpões alagados. Uma mera investigação imagética

online sobre o tema já seria suficiente para provocar estupefação e indignação.

Além disso, existem instituições nas quais os docentes enfrentam restrições quanto à quantidade de reproduções de materiais didáticos, com o número estipulado frequentemente não correspondendo às demandas reais. Essa conjuntura, juntamente com outras adversidades, por vezes obriga o educador a comprometer parte de seu salário para suprir recursos básicos para a condução de suas aulas. Em circunstâncias extremas, a própria comunidade é convocada a contribuir com os financiamentos escolares.

5.1 O IMPACTO DO FINANCIAMENTO EDUCACIONAL NA VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A aspiração pela dignificação da carreira docente é um imperativo contemporâneo, considerando-se que a profissão docente parece estar em declínio diante dos hercúleos desafios impostos ao seu exercício, juntamente com uma remuneração frequentemente inadequada. Se valorizar intrinsecamente implica em atribuir significado, emerge a interrogação: quais significados são contemporaneamente conferidos ao educador? Esse profissional é submetido a uma avalanche de demandas e frequentemente abandonado em uma missão de magnitude monumental: a edificação intelectual do próximo. Tais demandas emanam do tecido social, das unidades familiares, do aparato educacional e da própria instituição de ensino. Analogamente, a sensação de solidão no exercício da intrincada tarefa docente é perpetuada pelas mesmas entidades. A desvalorização do docente não se circunscreve apenas à dimensão salarial, mas permeia todo o universo do ofício, abrangendo desde as condições laborais até as responsabilidades inerentes.

Enquanto um segmento da sociedade anseia por uma educação de excelência, observam-se simultaneamente iniciativas que objetivam obscurecer a imagem do educador. Essa distorção frequentemente é potencializada por veículos de comunicação que, ao se alinharem a agendas governamentais específicas, acabam por descontextualizar eventos e deturpar perspectivas interpretativas.

No trabalho de Evangelista e Shiroma (2007), é elucidado que os

docentes são frequentemente posicionados como empecilhos nas articulações reformistas no campo educacional. Entretanto, raramente se consulta a perspectiva do educador no momento de concepção dessas reformas, cujos resultados empíricos, até o momento, não parecem ter abordado os núcleos essenciais dos sistemas educacionais. As referidas autoras elucidam que os docentes, paradoxalmente, não são reconhecidos como interlocutores legítimos na definição de políticas educacionais, tornando-se, junto com a instituição escolar, alvos de descredibilização política e profissional, particularmente em documentos oriundos de instituições como o Banco Mundial. Portanto, delineia-se um cenário de confronto onde determinados segmentos sociais e governamentais ostentam posições adversas à valorização do educador, relegando-o a um cenário solitário em um embate que deveria englobar múltiplos atores.

Tais ocorrências, segundo as autoras, ressoam em uma corrente de pensamento de amplitude internacional. Evangelista e Shiroma (2007) postulam que essa tentativa de posicionar o docente como barreira às reformas educacionais encontra fundamento na percepção de que, efetivamente, os educadores constituem uma coletividade expressiva que, em caso de mobilização coesa, representaria uma força formidável. Este paradigma, que visa atenuar a influência docente, está alinhado, conforme as mesmas autoras, a objetivos traçados por interesses capitalistas dominantes, sendo que as políticas relacionadas à formação docente frequentemente se alinham a essa visão.

No arcabouço reformista, Ferreira (2004) pontua um aspecto inquietante relacionado à profundidade formativa da instrução proporcionada aos educadores. Há, segundo a autora, um evidente descomprometimento com a formação inicial dos docentes, uma ênfase exagerada em estratégias de formação continuada, frequentemente superficiais, e a ausência de políticas efetivas de valorização desses profissionais. No que tange às reformas, Ferreira questiona a finalidade e o papel da formação dos profissionais da educação, particularmente quando reformas subvertem a formação inicial, culminando em uma progressiva desprofissionalização do magistério.

No panorama contemporâneo, os educadores enfrentam desafios

multifacetados, que englobam uma carga de trabalho desproporcional, a continuidade de atividades laborais em períodos de descanso, escassez de tempo para aprimoramento profissional, ausência de autonomia, infraestrutura insuficiente, remuneração insatisfatória, desvalorização profissional, estudantes desengajados e a negligência de famílias no processo educacional, entre outras adversidades.

Embora a gama de desafios seja extensa, essas constituem as principais inquietações manifestadas pelo magistério acerca do exercício profissional. Este panorama configura-se como o conjunto de condições laborais a que os docentes estão submetidos. De acordo com Pinto, Duarte e Vieira (2012), tais condições englobam tanto elementos materiais, como equipamentos e recursos didático-pedagógicos disponíveis, quanto aspectos ligados à carreira docente, como os processos de admissão, responsabilidades, jornada laboral, remuneração, capacitação contínua, entre outros fatores associados às relações de emprego. Portanto, as condições laborais estão intrinsecamente relacionadas à estruturação do processo de trabalho docente.

As contundentes reivindicações do magistério encontram-se intrinsecamente vinculadas a estas questões. Tais inquietações não emergem de forma infundada, visto que o panorama educacional brasileiro é notoriamente insatisfatório, conforme delineado anteriormente. Os aspectos ressaltados por Pinto, Duarte e Vieira (2012) tornaram-se foco de críticas, dada sua execução no qual frequentemente pautada na perspectiva do "mínimo viável", considerando que os dividendos econômicos oriundos de tal abordagem são cruciais para sustentar os paradigmas mercantilistas vigentes.

No cenário contemporâneo, o docente enquadra-se perfeitamente ao molde preconizado pela lógica econômica dominante: um trabalhador de baixo custo e altamente adaptável. Adaptável, ao enfrentar uma miríade de desafios, buscando superá-los com resiliência. Tal gama inclui todas as adversidades previamente mencionadas, exigindo do educador uma constante reinvenção e adequação a cada nova aula, a cada novo dia e a cada ano letivo, quando se depara com salas repletas de estudantes, cada qual com sua singularidade cultural no contexto do século XXI. Com

frequência, o educador se vê na contingência de conciliar atividades em múltiplas instituições educacionais e, por vezes, em outros campos profissionais. Assim, esse profissional opera sob a égide de ser um capital humano insuficientemente qualificado e de baixo valor, exercendo sua missão sem plena compreensão de seu papel vital, raramente refletindo sobre sua prática, dada a escassez de oportunidades para tal introspecção.

Sem sucumbir a lamentações infrutíferas, torna-se evidente a avultada série de exigências que se impõe ao docente contemporâneo. Este profissional, em seu mister, deve atender a demandas que transcendem o mero processo de aprendizagem. Para que o educador não se torne cativo dos ditames de interesses puramente econômicos, Demo (2013) salienta que o ideal pedagogo é aquele que, além de uma remuneração condigna, possui vastidão leitora, capacidade investigativa, produção autônoma, e se erige como protagonista na sociedade do saber. A promoção de uma formação embasada nos postulados da teoria crítica e a provisão de apropriadas condições laborais potencializam o docente enquanto agente transformador.

Uma faceta crucial nesse panorama é a projeção futura que o educador almeja para sua trajetória profissional, o que deve ser refletido nos planos de carreira, baluartes das garantias ocupacionais. Sudbrack (2006) esclarece que o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério consiste em um compêndio de normativas, codificadas em legislações estaduais e municipais, com a finalidade de normatizar as circunstâncias e o mecanismo de progressão profissional, detalhando a ascensão funcional (por níveis, categorias, classes), adicionais, bonificações e recompensas devidas, bem como os respectivos parâmetros e escalonamentos remuneratórios.

No entanto, o que prevalece é uma realidade onde professores, frequentemente, recorrem ao judiciário em busca de direitos básicos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, evidencia-se uma contenda entre a categoria docente e o poder público relativa ao pagamento do piso salarial e demais garantias. Tal disputa se configura como um contínuo embate de forças, mas a postura governamental se mantém intransigente no trato com estes profissionais, quase insinuando que tais demandas são destituídas de

legitimidade.

A questão remuneratória dos docentes emerge, no presente, como um tópico central no discurso educacional. A carreira docente encontra-se desvalorizada, desestimulando potenciais ingressantes.

Tais práticas, intrínsecas à atuação docente, recebem escassa valorização. A esfera governamental, por sua vez, aduz a insuficiência de recursos financeiros como justificativa para os poucos investimentos na área educacional. De forma incontestável, é patente o predomínio de um viés economicista nas políticas educacionais, relegando o educador à categoria de profissionais cuja remuneração é comprimida em prol de interesses lucrativos.

Sob a perspectiva acadêmica atual, torna-se quase quimérico esperar que um educador desempenhe sua nobre missão com os recursos e condições a ele apresentados. Diante do prisma mercantilista, seria a presença de mais de 30 discentes em uma única sala algo além do intento de maximizar a produtividade docente, objetivando a otimização do capital humano?

A orquestração destas diretrizes é influenciada por imperativos mercantis, os quais parecem prezar pela humanidade apenas na medida em que esta se encontra em sintonia com os maquinários produtivos. Coraggio (2003) elucida que a filosofia subjacente ao mantra "investir nas pessoas" reside na premissa de que, ao acessar serviços básicos, os indivíduos menos abastados acumularão capital humano, elevando, assim, suas chances de desempenhar funções produtivas e auferir rendimentos.

Surge, portanto, a indagação: qual seria o genuíno interesse de entidades governamentais e da UNESCO em fomentar a formação de docentes altamente qualificados, que possuam tempo e recursos para se dedicarem à capacitação contínua e ao meticuloso planejamento de suas atividades pedagógicas? Tais questionamentos deveriam permeiar o ideário tanto de educadores quanto da sociedade, funcionando como baluartes contra o iminente risco de uma deterioração das aptidões humanas.

Em um diálogo conceitual com Marcuse, emergem interrogações pertinentes: o que induziria os educadores a se acomodarem a tais padrões? A consentirem com condições de trabalho aquém do ideal? A se resignarem perante remunerações ínfimas? Estariam em jogo aspectos intrínsecos, como

desânimo ou apatia? Marcuse (1975) oferece certa luz sobre o assunto ao postular que a racionalização e automação laborais tendem a minimizar a energia instintiva canalizada para o labor alienante.

É patente que muitos docentes sentem-se desalentados, demasiadamente exauridos para liderar movimentos grevistas, privados de momentos para reivindicar direitos ou até mesmo desprovidos de esperança por mudanças auspiciosas. Se, de fato, existe uma estratégia deliberada de saturar o cotidiano dos educadores com demandas e estresses, visando anular seu ímpeto reivindicatório, tal manobra parece surtir efeito até o presente momento. Evangelista e Shiroma (2007, p. 537) elucidam algumas das tarefas rotineiras imputadas aos docentes, dentre as quais se destacam:

[...] atender mais alunos na mesma classe, por vezes com necessidades especiais; exercer função de psicólogo, assistente social e enfermeiro; participar nos mutirões escolares; participação em atividades com pais; atuar na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; procurar controlar as situações de violência escolar; educar para o empreendedorismo, a paz e a diversidade; envolver-se na elaboração de estratégias para captação de recursos para a escola. [...] Assolado por cobranças de produtividade, eficiência, empreendedorismo, criatividade, compromisso com a escola, o professor é obrigado a desenvolver um senso de sobrevivência que, não raro, o transforma em um sujeito competitivo que investe suas energias na tentativa de superar a solidão, a culpa, o fracasso [...].

Em meio ao caos laboral contemporâneo, o educador encontra-se privado de momentos cruciais para introspecção acerca de sua prática profissional. A densa tessitura de responsabilidades que lhe é imposta não só coíbe sua entrega entusiástica ao ensino, mas também preclui interações profundas com pais e colegas de profissão. Nesse intrincado mosaico, a sociedade, especialmente os responsáveis pelos educandos, adentra de maneira questionável, muitas vezes despejando sobre o docente uma catarata de expectativas e responsabilidades, sem perceber que tal postura apenas alija soluções palpáveis.

No entanto, ancorando-se na filosofia de Marcuse, vislumbra-se que é precisamente no epicentro dessa crise que pode germinar a semente da transformação. Tal perspectiva deveria ser o norte para a reflexão docente. Marcuse (1975, p. 95) argui que:

A salvaguarda reside, primordialmente, em um robustecimento dos controles, não essencialmente sobre os instintos, mas sobre a consciência. Se esta for deixada à sua própria sorte, poderá discernir a repressão mesmo nas mais exuberantes satisfações das necessidades.

Contra-pondo-se a tal perspectiva, a realidade atual pinta um cenário onde muitos educadores, por escolha ou circunstância, trabalham de forma isolada, negligenciando o cultivo de uma consciência crítica e alinhando-se inadvertidamente a um paradigma mental monolítico.

Assim, o despertar da consciência torna-se um prisma vital para a construção de uma autoconsciência mais plena e resoluta. Os educadores, portanto, devem almejar uma "formação robusta e remunerações que não apenas os capacitem a acessar bens culturais indispensáveis à sua profissão, mas também propiciem contínua qualificação" (FERREIRA, 2004).

Adicionalmente, essa aspiração deve também visar o exercício de uma docência crítica e reflexiva, e é precisamente neste ponto que a gestão educacional assume uma relevância superlativa.

A importância do ensino e dos professores no contexto do crescimento econômico de um país é inegável. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e progresso de uma nação, e os professores desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento e na formação das futuras gerações.

A educação é um alicerce sólido para o crescimento econômico sustentável. Ela capacita os indivíduos com as habilidades necessárias para se tornarem membros produtivos da força de trabalho. Quando as pessoas têm acesso a uma educação de qualidade, têm mais oportunidades de conseguir empregos bem remunerados e contribuir para a produtividade econômica. Além disso, uma população educada é mais inovadora, empreendedora e capaz de se adaptar às mudanças no mercado de trabalho, fatores essenciais para a competitividade de uma nação.

Os professores são os arquitetos desse processo educacional. Eles desempenham um papel central na formação dos alunos, transmitindo conhecimentos, valores e habilidades. Professores bem treinados e motivados têm um impacto profundo no desenvolvimento dos alunos, inspirando o amor

pelo aprendizado e fornecendo as bases para uma educação de qualidade. É crucial que os professores sejam valorizados, incentivados e capacitados para enfrentar os desafios da educação contemporânea.

Investir na educação e no desenvolvimento profissional dos professores é um investimento no futuro econômico de um país. Esses investimentos não se limitam apenas ao ensino fundamental e médio, mas também se estendem ao ensino superior e à pesquisa, que são impulsionadores importantes da inovação e do avanço tecnológico. Governos e instituições educacionais precisam alocar recursos adequados para infraestrutura, materiais e treinamento de professores, garantindo que a educação seja acessível a todos e mantendo altos padrões de qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intrincada relação entre educação e crescimento econômico, especialmente no contexto brasileiro, tem sido objeto de reflexão e debate ao longo das últimas décadas. Este estudo buscou elucidar a dimensão e a profundidade dessa conexão, considerando as peculiaridades e os desafios específicos do cenário educacional e econômico do Brasil.

Ao analisar o vasto corpo de literatura sobre o tema, é incontestável a relevância do investimento em educação como catalisador do desenvolvimento econômico. A educação, em sua essência, não apenas molda o caráter e o pensamento crítico dos indivíduos, mas também capacita e prepara a força de trabalho para um mercado globalizado e em constante evolução. A capacidade de um país de inovar, adaptar-se e competir em nível global está inexoravelmente ligada à qualidade e ao alcance de sua educação.

No contexto brasileiro, a história revela uma série de desafios. Apesar dos avanços significativos em termos de acesso à educação, ainda enfrentamos disparidades regionais, baixos padrões de qualidade em muitas instituições e, fundamentalmente, uma inadequação entre a formação oferecida e as demandas do mercado. Estas lacunas, como ressaltado na literatura, têm consequências diretas no crescimento econômico, na produtividade e na competitividade do país.

Além disso, a literatura evidencia que, embora o Brasil tenha destinado parte significativa de seu orçamento à educação, a eficácia desse investimento é frequentemente questionada. A gestão ineficiente, a falta de foco nas áreas-chave e a ausência de políticas de longo prazo têm limitado o retorno desse investimento para a sociedade.

A atual pesquisa, portanto, não apenas confirma as conclusões da literatura, mas também as contextualiza na realidade contemporânea do Brasil. Destaca-se a necessidade urgente de reformas estruturais no sistema educacional, de uma visão estratégica para alinhar a formação à demanda do mercado e de políticas sustentáveis que garantam a qualidade e o acesso equitativo à educação em todo o país.

A educação é mais do que um mero indicador de desenvolvimento; ela é a espinha dorsal de uma nação próspera e justa. Investir na qualidade da

educação e no apoio aos professores não é apenas uma responsabilidade social, mas também uma estratégia inteligente para garantir um futuro mais próspero e equitativo.

As considerações finais deste estudo reforçam a ideia de que o Brasil, com seu imenso potencial e diversidade, tem a oportunidade única de transformar sua trajetória, colocando a educação no centro de sua agenda de desenvolvimento. A hora de agir é agora, com determinação, visão e comprometimento coletivo, para que as futuras gerações desfrutem de um Brasil mais equitativo, educado e economicamente robusto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Nathália Gonçalves de. **Educação e capital humano: uma análise para a economia brasileira**. 2016. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo, Xamã, 2002. p.17-28.

AGUIAR, Jonathan Meireles de. **Pesquisa e desenvolvimento no setor militar e sua relação com o crescimento econômico**. 2018. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ANDRADE, M. A. B. **O Cenário da Educação Superior na Bahia: Diversificação e Oferta a Partir dos Anos 90 e a Expansão dos Cursos de Licenciaturas**. S/d. In: XXV Simpósio Brasileiro - II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, Jubileu de Ouro da Anpae (1961-2011), sobre Políticas e Gestão da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas, 2011, São Paulo.

ANDRADE, Rita de. **Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. 2010. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e pedagogia: geral e Brasil**. 2 ed., rev. ampl. São Paulo, SP: Moderna, 2007.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque; MARIANO, Francisca Zilânia; BARROS, Sarah Jane de Araújo. Medidas de capital humano e seus efeitos sobre os diferenciais de produtividade: uma comparação entre os estados do Ceará e Santa Catarina. **Relatório**, n. 4, 2008.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Para garantir aos estudantes o direito de aprender**.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Bahia: por uma escola pública de qualidade**. Salvador, 2006.

BALASSIANO, Moisés; SEABRA, Alexandre Alves de; LEMOS, Ana Heloisa. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 4, p. 31-52, 2005.

BARBOSA FILHO, Fernando de H. e PESSÔA, Samuel. **Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A Experiência Brasileira em Perspectiva Histórica**. 2009.

BARROS, Ricardo P. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado**. Rio de Janeiro. Jan. de 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BATISTELA. Airton Carlos. Das políticas educacionais à economia da educação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: IFPR.

BONI, Luis Alberto De. **Herbert Marcuse: ideologia da sociedade industrial**. Cultura e Fé. v 136, p. 145-162, Abr/Jun, [2013].

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília:Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**: anobase 2020. Brasília: ME, SEPT – STRAB - SPPT – CGCIPE, 2020.

BRAZ, Rodrigo Emrich Torreão. **Capital humano e crescimento econômico**. 2013. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CABRAL, Antônio; SILVA, Claudia Luciene de Melo; SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**, v. 32, p. 35-41, 2016.

CAMILO, Rafael de Caro. **Uma análise da relação entre capital humano e desenvolvimento para o período 2000-2010**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Federal de São Paulo, Araraquara, 2015.

CAMPOS, Roselane Fátima. Fazer mais com menos: a gestão educacional na perspectiva da Cepal e da Unesco. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 28. Caxambu, 2005.

CAPUTO, Romeu Weliton. **O PNE é nossa bandeira de trabalho**. Entrevista concedida à Revista Carta Fundamental. Setembro de 2013.

CARDOSO, Thaísa Ribeiro. **A teoria do capital humano e o consumo da família média com foco em educação: o caso da nova classe média**. 2013. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CARNEVALE, Rafaela Maria Graciano. **A estrutura do mercado de trabalho: análise dos municípios paranaenses**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

CARPENA, Luciane; OLIVEIRA, João Barbosa de. **Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil: 1981 a 1999**. 2002. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. ISSN 1415-4765.

CASTELAR, Armando. O Brasil Precisa de Uma Estratégia de Desenvolvimento? In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. (Org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. P. 9-19.

CASTRO, Maria Helena G. **As Desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro**. Texto apresentado no Seminário “Desigualdade e Pobreza no Brasil”, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 12 a 14 de agosto de 1999.

CONSELHO EMPRESARIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA PARA COMPETITIVIDADE DO SISTEMA FIRJAN. **Educar Para Ser Competitivo: O Desafio do Brasil**. S/d, s/p.

CORAGGIO, José L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de compreensão. In: TOMMASI, L., WARDE, M. e HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC/ Ação Educativa, p. 75-124. 2003.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 677-701, Especial - Out. 2004.

CORRÊA, Bianca Cristina. Educação infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo, Xamã, 2002. p. 17-28.

COSTA, Júlia Mendonça. **Teorias de crescimento econômico: um estudo comparado**. 2007. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

COSTA, Maurílio Alves Martins da. **Influências da teoria do capital humano no equilíbrio da oferta e demanda de mão de obra de profissionais da área de tecnologia da informação do Brasil**. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Empresariais - Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2016.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEMO, Pedro. **Temos que reinventar a educação brasileira**. Mundo Jovem: umjornal de ideias. Publicada na edição 441, outubro de 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. Projeto científico: onde se insere no processo de investigação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais).

DIAS, Joilson; DIAS, Maria Helena Ambrósio; LIMA, Fernandina Fernandes de. Os efeitos da política educacional no crescimento econômico: teoria e estimativas dinâmicas em painel de dados. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 3, p. 232-251, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006.

É PRECISO valorizar os investimentos em inovação. CONSECTI. Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I. Out. 2012.

ENTENDA o conflito entre Coreia do Sul e Coreia do Norte. Tensão na península temorigem na divisão de poder após a Segunda Guerra Mundial. R7 Notícias, 23 nov. 2010.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira, et al. Gestão e políticas educacionais: do que estamos falando, mesmo? Aportes teóricos-conceituais para a delimitação determos. In: CAMARGO, leda de. **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. **Professor: protagonista e obstáculo da reforma**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3 p. 531-541, set./dez. 2007.

FERREIRA, Naura. **Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n.89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.

FERREIRA, Sônia M. M. O Impacto do Programa “Educar Para Vencer” no Desempenho de Dirigentes na Escola Pública Baiana: Estudo de Caso Sobre Avanços e Possibilidades. Salvador, 2002.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L., WARDE, M. e HADDAD, S. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC/ Ação Educativa, p. 75-124. 2003.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GASPAR, Alberto. A educação Formal e a Educação Informal em Ciências. Luzes do Oriente. **História em Revista**. Rio de Janeiro, 1990.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. A teoria do capital humano: revisitando conceitos. ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: IFPR, 2013. p. 1-12.

KHAIR, Amir. Caminhos Para o Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica. In: SICSÚ, João; RODRIGUES, Rodrigo V. **Gastos governamentais e crescimento econômico**. Brasília. 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LINS, Leonardo Melo; ARBIX, Glauco. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão. CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. **A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p.126-140, set. 2009 - ISSN: 1676-2584.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACEDO, Moisés Suzarte Lima. **Capital humano em modelo neoclássico: um estudo comparado da produtividade total dos fatores do Brasil e Chile**. 2013. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MACHADO, Janaina da Silva. **Investimento em capital humano: a educação como instrumento de crescimento econômico**. 2017. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2017.

MAGALHÃES, Wesley Brito; ASSIS, Lúcia Maria de. Neoliberalismo, teoria do capital humano e avaliação: contribuições para o debate das políticas educacionais. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 47, p. 1- 21, 2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homemunidimensional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MAZILLI, JOHNNY. O que é que Coreia tem? **Revista Planeta**, ed. 465, jun. 2011.

MENEZES-FILHO, Naércio. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, IBMEC, USP, 2007.

MILTONS, Michelle M. **Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul após 1945**. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

MONROE, Camila. **Apertar o passo**. Já. Revista Nova Escola. Jan./Fev. 2011. p.112-115.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **O recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação**. Anped. 24ª Reunião Anual – Caxambu, 7 a 11 de 2011.

MOREI, Jani Alves da Silva. **A gestão e o financiamento da educação no Brasil: uma análise das orientações políticas da UNESCO**. 2011.

O EXEMPLO que vem do oriente. Cônsul-adjunto fala sobre a educação japonesa. Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, Rio de Janeiro. Jun. 2010.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Crescimento econômico das cidades nordestinas: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 35, n. 3, p. 339- 355, 2004.

OLIVEIRA, Rafiza Fernanda Moreira de. **Saúde e crescimento econômico: uma análise para os estados brasileiros de 2002 a 2014**. 2017. 45 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

PEREIRA, Mirian Tomiato; LOPES, Janete Leige. A importância do capital humano para o crescimento econômico. ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 10., 2014. Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão: UNESPAR, 2014. ISSN 1981-6480.

PINTO, M. F. N.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **O trabalho docente na Educação Infantil pública em Belho Horizonte**. Revista Brasileira de Educação v.17 n. 51 set.-dez. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RESENDE, Laís Aparecida. **Efeito da educação no crescimento econômico do Brasil no período de 1991 a 2013**. 2016. 45 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades de renda: a escolaridade em questão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 169-188, jan./mar. 2017.

ROSA, Geraldo Antonio da; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação brasileira na contemporaneidade: uma discussão para além do capital humano. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 10., 2011. Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUCPR, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. FREITAS, Marcos César de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997. p. 141-161.

SALGUEIRO, Ariene da Silva. **O papel do capital humano, spillovers e difusão tecnológica no crescimento**: uma análise espacial para Brasil. 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012

SALVATO, Marcio Antonio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Angelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, dez. 2010.

SALVATO, Márcio Antônio; SILVA, Denis Gomes. O impacto da educação nos rendimentos do trabalhador: uma análise para a região metropolitana de Belo Horizonte. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 13., 2008, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Elaine Soares dos; CAMILLO, Vladimir Sipriano. **Capital humano e renda do trabalho no Brasil: uma investigação empírica**. CICLOS DE DEBATES EM ECONOMIA INDUSTRIAL, TRABALHO E TECNOLOGIA. 9., 2011.

SANTOS, Maria. **Innovation and Competitiveness: The Role of Education in Brazilian Industry**. International Journal of Technology and Innovation Management, 2021.

SANTOS, Maria Sandra Andrade. **O crescimento econômico brasileiro com base no cooperativismo**: uma análise sócio-econômica. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Economia em Sociedades Cooperativas) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

SEMERENE, Bárbara. **O sistema educacional chinês hoje**. Universia. Out. 2006.

SENADO FEDERAL. **Governo federal não pensa o futuro do país, critica Cristovam Buarque**. Brasília DF, 2012.

SEPE. Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ. **No dia do professor milhares vão às ruas em protesto.** 2013.

SHIROMA, Eneida Oto. Performatividade e intensificação: tendências para o sistema de formação docente. In: CENCI, Angelo V; DALBOSCO, Claudio A; MÜHL, Eldon H. (Org.). **Sobre filosofia e educação: racionalidade, diversidade e formação pedagógica.** p. 375 - 387. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

SILVA, Amanda Maciel da *et al.* A importância da educação superior na redução das disparidades de renda em Santa Catarina. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 110, p. 263-287, jan./mar. 2021.

SILVA, José Alderir. A tecnologia na Teoria do Crescimento Econômico. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 32, n. 1(57), 2020.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; FRANÇA, João Mário Santos de; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995-2014. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 579-608, jul./set.

SINTE/RN. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN. **Categoria protesta contra desmandos do prefeito em Lagoa Salgada e recebe apoio da população.** 22/04/2013.

SOARES, Emerson José. **Capital humano e desenvolvimento regional: o papel dos institutos federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina no período 2008-2018.** 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SOARES, Gabriel Henrique Miranda. **A teoria do capital humano e as pedagogias liberais pós-modernas presentes nas políticas de formação de professores.** 2016. 157 f.

SOUZA, Nali de Jesus. **Modelos neoclássicos de crescimento econômico.** Desenvolvimento Econômico. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 55-68. (Coleção memória da educação).

SUDBRACK, Edite Maria. Impactos do FUNDEF na Educação Fundamental da região norte do Rio Grande do Sul: mitos da descentralização e da equidade de ensino. In: CAMARGO, Ieda de (org.). **Gestão e políticas da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.

VIEIRA, C. da Rosa; ALBERT, C. Estefania. BAGOLIN, I. Pendo. Crescimento

e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB per capita e os níveis educacionais. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-50, jan./jun. 2008.

XAVIER, Ricardo. **Education and Innovation: A Comparative Study of Latin American Countries**. Journal of Innovation Economics & Management, 2019.

ZERO HORA. Tribunal **confirma pagamento do piso do magistério aos professores gaúchos**. 25/06/2013.

ZIMMER, Roberto. **As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do Rio Grande do Sul**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.